



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

A UNIÃO EUROPEIA E O CONFLITO UCRANIANO
Atuais medidas de política de segurança e de defesa e
perspetivas futuras.

Nome do Mestrando | Hugo Miguel Garcia Silva

Orientação | Maria da Saudade Baltazar

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

A UNIÃO EUROPEIA E O CONFLITO UCRANIANO **Atuais medidas de política de segurança e de defesa e** **perspetivas futuras.**

Nome do Mestrando | Hugo Miguel Garcia Silva

Orientação | Maria da Saudade Baltazar

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Agradecimentos:

A realização desta dissertação, aqui apresentada, não teria sido possível sem o apoio e contribuição de um conjunto de pessoas que merecem o meu profundo agradecimento.

Desta forma, expresso aqui publicamente a minha gratidão a todos os que me acompanharam ao longo deste processo, que nem sempre foi fácil.

Quero agradecer à minha orientadora a Professora Doutora Saudade Baltazar, pela sua disponibilidade, compreensão, enorme competência e à sua grande orientação e paciência para ajudar a resolver situações complicadas, sem a qual não teria sido possível realizar este trabalho.

Por fim, quero deixar um carinhoso agradecimento aos meus pais, família e à minha namorada, que sempre me apoiaram e não me deixaram desanimar.

Resumo:

O mundo globalizado de hoje remete-nos para desafios que no domínio da segurança e defesa são complexos e exigem uma maior capacidade analítica do sistema internacional assim como dos seus principais atores. A crispação entre o ocidente e a Rússia tem vindo a dar mostra de acontecimentos que colocam a comunidade internacional apreensiva, é o caso do conflito ucraniano.

Esta dissertação de mestrado em Relações internacionais e Estudos Europeus visa analisar a influência das políticas europeias de segurança e defesa no conflito ucraniano e apurar quais as causas que levaram à sua emergência.

Será feita uma contextualização histórica desde a Guerra Fria até à atualidade, passando pela implosão da União Soviética e o papel do seu herdeiro, a Rússia.

Serão analisados tratados europeus para melhor compreender as principais tendências da expansão europeia, e quais as consequências que a mesma teve na relação com a Rússia e qual a ligação com o conflito na Ucrânia.

Posteriormente será feita uma análise do atual conflito na Ucrânia, através da recolha de informação disponível, através da imprensa internacional, mas fundamentalmente consubstanciada em livros e revistas da especialidade, de forma a contribuir para uma maior compreensão sobre a temática em estudo.

Este conflito armado na Ucrânia, devido à anexação da Crimeia por parte da Rússia já dura desde 2014 e até agora não se legitimou a ação da Rússia por parte de outras potências internacionais mas também não se recuperou o território ucraniano nem se alcançou a paz. É imperativo uma análise deste conflito, de forma a indagar acerca das tendências prováveis de sua evolução num futuro próximo.

Palavras-Chave: Conflito ucraniano, Rússia, União Europeia, Políticas de Segurança e Defesa

Abstract

THE EUROPEAN UNION AND THE UKRAINIAN CONFLICT

Current security and defense policy measures and future perspectives.

The globalized world of today is a problem for non-security challenges and defenses are complex and require a greater analytical solution of the international system as its main actors. The tension between the West and Russia has been the show of events that put an apprehensive international community, and the case of the Ukrainian conflict.

This Master's Dissertation in International Relations and European Studies aims to analyze an influence of European security and non-Ukrainian conflict defense policies and to ascertain which as the causes that led to their emergence.

Historical contextualization was made from the Cold War to the present day, through the implosion of the Soviet Union and the role of the heir, a Russia.

European treaties will be analyzed to better understand the main trends of European expansion, and what are the consequences that have a relationship with Russia and what is the link with the conflict in Ukraine.

Subsequently, an analysis of the current conflict in Ukraine, through the collection of information, through the international press, but fundamentally embodied in books and magazines of the specialty, in order to contribute to a greater understanding of a thematic study.

This armed conflict in Ukraine due to the annexation of the Crimea by Russia has lasted since 2014 and has not up to now legitimized a Russian action by other international powers, but also does not recover on Ukrainian territory nor has peace been achieved. An analysis of this conflict is imperative in order to inquire about the likely trends of its evolution in the near future.

Key words: Ukrainian conflict, Russia, European Union, Security and Defence Policies

Índice

Agradecimentos:.....	2
Resumo:	4
Abstract	5
Lista de abreviaturas:.....	8
Introdução:.....	9
I. A Guerra na perspectiva das Relações Internacionais.....	13
1.1. O Realismo	13
1.2. O Liberalismo.....	15
1.3. O neo-realismo.....	17
1.4. O Construtivismo	18
II – A Guerra Fria e a construção da União Europeia	20
2.1 A cortina de ferro e a implementação da União Europeia	27
2.2 O fim do regime soviético e a reunificação Alemã.....	29
III – A União Europeia e a Rússia no pós-Guerra Fria.....	35
3.1 Alargamento da União Europeia e Revoluções no Leste Europeu	40
3.2 Desafios à segurança europeia	42
IV – O conflito na Ucrânia: do posicionamento geopolítico às principais causas.	48
4.1 – Posição geopolítica da Ucrânia	48
4.1. 1- O Acordo de associação UE-Ucrânia	50
4.1.2 A crise política na Ucrânia	52
4.2 Análise do conflito na Crimeia.....	55
4.3 A quem pertence a Crimeia?.....	56
4.4 Acordos de paz.....	58
4.5 Situação atual da Crimeia	60
4.6 Interesses estratégicos internacionais do conflito.....	61

4.7 Modelo de desenvolvimento da crise ucraniana	64
V. Reflexões conclusivas:	67
5.1. Apontamentos para (re)desenhar a segurança na Europa	67
5.2 Relações da União Europeia com a Rússia: Contenção ou Compromisso?	72
Referências Bibliográficas	77

Lista de abreviaturas:

APC - Acordo de Parceria e Cooperação

CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE - Comunidade Económica Europeia

CEI - Comunidade de Estados Independentes

CEI: Comunidade de Estados Independentes

COMECON: Conselho para Assistência Económica Mútua

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

DCFTA: Deep Comprehensive Free Trade Agreement

EP: Eastern Partnership

EPAA: European Phased Adaptive Approach

EUA: Estados Unidos da América

EUROTOM - Comunidade Europeia de Energia Atómica

MAP: Membership Action Plan

NATO: North Atlantic Treaty Organization

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OSCE: Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCA: Partnership Cooperation Agreement

PECO: Países da Europa Central e Oriental

PEV: Política Europeia de Vizinhança

PIB: Produto Interno Bruto

R.I: Relações Internacionais

RDA: República Democrática Alemã

RFA: República Federal Alemã

SED: Partido Socialista Unificado da Alemanha

TFUE - Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia

UE: União Europeia

UEE: União Económica Eurasiática

UfM: Union for the Mediterranean

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZCLAA: Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado

Introdução:

Nesta dissertação do mestrado de Relações Internacionais e Estudos Europeus, serão analisadas quais as responsabilidades europeias no despoletar do conflito da Crimeia na Ucrânia, fazendo uma análise histórica de diversos eventos que conduziram à anexação da península ucraniana por parte da Rússia.

A Rússia, herdeira da União Soviética, desde a guerra fria que mantêm uma relação de desconfiança com o ocidente. (OCHOA, 2013) Quando o mundo era governado por dois blocos, o ocidental e soviético, a balança de poderes estava equilibrada e não existia uma hegemonia mundial.

Após a queda do muro de Berlim e a implosão da União Soviética, o ocidente conseguiu fazer prevalecer a sua ideologia e o seu capitalismo. Muitos festejaram que o comunismo tinha sido derrotado e que finalmente poderia haver paz no mundo. (KISSINGER, 1999)

Enquanto os países do bloco ocidental prosperavam, os países de leste, que outrora fizeram parte de um bloco de potências com um poder esmagador, encontravam-se numa situação económica bastante complicada.

Em 1991, a União Europeia, reuniu a Alemanha dividida e tornou a República Federal da Alemanha (RFA) o primeiro país de economia socialista a entrar na Organização ocidental que é a União Europeia, dando o primeiro passo para “conquistar diplomaticamente” ex-territórios soviéticos. (KISSINGER, 1999)

Devido à situação do leste e inspirados na adesão da República Democrática Alemã (RDA) outros países ex-soviéticos iniciaram negociações com a União Europeia, e ao mesmo tempo, a Rússia começou a perder a influência que outrora teve sobre estes países.

Em 2004, deu-se o maior alargamento da União Europeia, uma etapa decisiva para a concretização de uma Europa do Atlântico aos Urais, que permitiu que 8 países da Europa Central e Oriental (PECO) e 2 da bacia do mediterrâneo aderissem à União Europeia, o que possibilitou que os valores europeus e a OTAN se aproximassem da fronteira russa. A Rússia demonstrou o seu descontentamento mas traçou “a linha vermelha” em relação à Ucrânia. A União Europeia ignorou o pedido da Rússia e deu sinais de aproximação à Ucrânia. (SOUSA, 2000)

Na Ucrânia, o povo estava dividido em relação a uma possível adesão europeia, para além da parte territorial, também existe a falta de entendimento quanto à política, às

questões étnicas, interesses financeiros e grande parte da população fala russo e tem uma grande ligação à Rússia. Enquanto as opiniões públicas se dividiam e o futuro ainda era incerto, o presidente russo, Vladimir Putin, foi capaz de persuadir o então presidente ucraniano, Viktor Yanukovitch, e a Ucrânia recuou na sua adesão. O resultado desta ação foi a manifestação de milhares de ucranianos que acusavam o então presidente de estreitar laços com a Rússia.

Em 2014, deu-se a Revolução Ucraniana, que se iniciou com os distúrbios civis ocorridos em Kiev, capital da Ucrânia, como parte de uma série de protestos que ficaram conhecidos como *Euromaiden*, nestes protestos a população acusava o presidente ucraniano de aceitar subornos da Rússia e recuar na adesão europeia. O conflito rapidamente se intensificou, levando à queda do governo do presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovytch, e a instalação de um novo governo para substituí-lo. (PEREIRA, 2014)

Após a revolução, Yanukovytch fugiu para a Rússia e passou a ser procurado na Ucrânia para ser responsabilizado pela morte de manifestantes. Isto foi imediatamente seguido por uma série de mudanças em rápida sucessão no sistema sociopolítico da Ucrânia, incluindo a formação de um novo governo interino, a restauração da constituição anterior e a realização de eleições presidenciais a 26 de Outubro de 2014, onde venceu o partido do atual presidente Poroshenko. Desta forma, venceram as forças pró-ocidentais que defendem a adesão da Ucrânia a organizações como a UE e a NATO. (PEREIRA, 2014)

Esta mudança no regime político ucraniano fez com que o Presidente Russo, Vladimir Putin, agisse e tomasse o controlo por via militar da península da Crimeia. Trata-se de uma zona que, apesar de fazer parte do território ucraniano, ainda possui fortes relações étnicas e políticas com a Rússia, sendo um dos principais entraves entre os dois países no âmbito diplomático.

A Rússia não quer ter as suas fronteiras expostas e sempre pretendeu manter-se rodeada de países com a linha de pensamento de Moscovo, que não se convertessem às políticas ocidentais. Outros autores defendem que a Ucrânia não se pode juntar à Europa se quer ter paz, nomeadamente Klaus Mommsen (2015), que considera tratar-se de um problema geoestratégico, o facto de a Rússia ter a base naval na península da Crimeia torna indesejável esta adesão, pois isto poderia significar que caso a Ucrânia se juntasse à União Europeia, a Rússia iria perder o acesso ao mar Negro.

Nesta perspetiva, o principal valor estratégico da Crimeia é, sem dúvida, a sua posição geográfica. A região representa uma saída importante para o Mar Negro, que é o único porto

de águas quentes da Rússia. Isso significa que essa zona possui relevância tanto a nível comercial quanto no plano militar para os russos, por facilitar a movimentação de cargas e por garantir o controle do canal que liga esse mar ao Mar de Arzov.

Outro ponto importante é o valor económico da província, que é uma grande produtora de grãos de cereais e vinhos, apresentando também uma avançada indústria alimentícia. Os portos da Crimeia também são responsáveis por boa parte do escoamento da produção agrícola ucraniana que segue em direção à Europa e à própria Rússia, além de ser o ponto onde o país realiza uma considerável parte de suas importações, incluindo o gás russo. (FERNANDES, J. 2014)

Além de todos esses fatores, na região concentra-se um significativo número de povos ligados à Rússia, utilizando o idioma do país vizinho. Essa população corresponde a 60% dos mais de dois milhões de habitantes da região, que foi cedida à Ucrânia ainda na época da União Soviética pelo líder do Partido Comunista, Nikita Khrushchev (FERNANDES, J. 2014). Nesse sentido, tanto o governo russo quanto o governo ucraniano procuram intensificar o sentimento nacionalista na região para ambos os lados a fim de ampliarem a influência ideológica local, atualmente polarizada entre os “pró-Rússia” e os “pró-Ucrânia”, esses últimos mais conhecidos como “pró-Europa”, por serem favoráveis a um estreitamento das relações comerciais com a União Europeia.

A União Europeia condenou a anexação mas até à data a Rússia ainda mantém o controle do território, trazendo um conflito armado para as “portas dos países europeus”. O conflito, que ainda se mantém, trava-se dentro da fronteira ucraniana, entre forças pró-europeias, que defendem uma aproximação à Europa e forças pró-russas que defendem uma aproximação à Rússia.

Perante esta problematização, o presente trabalho pretende apurar quais as razões que conduziram ao conflito na Ucrânia. Ao mesmo tempo, como resultado deste conflito, é necessário apurar que potenciais ameaças se impõem em termos de defesa e segurança europeia.

Decorrente deste objetivo geral, foram estabelecidos como objetivos específicos os que se passam a enumerar:

- Identificar as causas do conflito ucraniano assim como a atuação da União Europeia neste contexto;
- Conhecer os objetivos do alargamento da União Europeia, nomeadamente para o leste, e suas implicações em matéria de segurança e defesa europeia;

- Analisar as estratégias europeias adotadas para a resolução do conflito ucraniano assim como as respostas bélicas assumidas pela Rússia;
- Apurar quais os possíveis efeitos dessas estratégias nas potenciais ameaças que se impõem aos países europeus assim como o seu futuro relacionamento com a Rússia.

Daí decorre a escolha dos procedimentos metodológicos a adotar, neste trabalho de natureza qualitativa, e que se baseiam na revisão bibliográfica sobre o tema em estudo, com especial ênfase na informação disponível que se identificou como pertinente para dar resposta aos objetivos de trabalho.

Para responder aos objetivos traçados, o trabalho estrutura-se em cinco capítulos. Inicialmente, será feita uma análise das principais abordagens teóricas sobre a guerra no âmbito das relações internacionais, de forma a existir uma base teórica que corrobore, enquanto modelo analítico, os eventos que irão ser analisados.

De seguida, será feita uma análise sobre o período da Guerra Fria, proceder-se-á a uma breve descrição e será feita uma análise cronológica dos eventos que conduziram a Rússia a tornar-se o sucessor da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

No capítulo seguinte, desenvolve-se uma análise dos componentes internos do conflito ucraniano e quais os interesses dos principais atores envolvidos. Depois, será analisada a situação atual do conflito, de forma a apurar a existência de tentativas para se chegar a um acordo que promova a paz no território.

Na penúltima parte do trabalho irá ser feita uma contextualização acerca do conflito ucraniano e dos interesses russos sobre a anexação da Crimeia devido à sua posição geoestratégica muito importante mas também para outras forças internacionais e como tal será analisado os interesses globais neste conflito, seguido dos interesses regionais e estatais.

Para terminar, será analisada a “nova relação” entre a Rússia e a Europa, após a anexação da Crimeia e perspetivar quais as tendências evolutivas do conflito com vista a contribuir para a sua compreensão num futuro próximo.

I. A Guerra na perspectiva das Relações Internacionais

Antes de iniciarmos a explanação sobre as principais abordagens teóricas relativas á temática central da presente dissertação, importa referir que o conceito de relações internacionais (RI) pode suscitar uma perspectiva orientadora ambígua porque ao utilizarmos o termo relações internacionais fazemos, geralmente, referência às relações que se estabelecem entre as unidades políticas, os estados nacionais, isto quer dizer, falamos de políticas entre nações. No entanto, é evidente que as relações entre os países ultrapassa a mera relação política.(Lacerda,2006)

Não podemos esquecer as relações económicas, jurídicas, geográficas, linguísticas, históricas, religiosas, ambientais, entre outras, e todas elas têm a sua própria autonomia e não são redutíveis à política internacional.

Ao longo da apresentação destas teorias, é perceptível que algumas teorias de RI levam em consideração os outros tipos de relações, tornando a expressão relações internacionais mais abrangente, e com maior inteligibilidade do contexto internacional.

Ou seja, para uma teoria em R.I ser útil é necessário, mudar os postulados, adequando-os à realidade vigente (FREUND, 2000). Sem eliminar problemas sobre a adequação de uma ou outra teoria à realidade social, essa ordem de considerações ajuda na compreensão da multiplicidade de formulações teóricas em R.I, adaptadas às diferentes situações históricas.

Antes de 1989, podiam-se categorizar dois paradigmas principais a nível do universo de estudos ocidentais, o realismo e o liberalismo. No entanto, os estudiosos do direito internacional, esmagados pelos dois paradigmas de extremos, seguiram uma terceira via, o groceanismo e mais tarde surgiu o construtivismo. Na década de 70 surgiu o neo-realismo, uma tentativa de adaptar o realismo à realidade vigente, tal como se indica de seguida.

1.1. O Realismo

A teoria realista é a mais importante de todas quando se trata de relações internacionais e em política internacional (LACERDA, 2006). Isso porque o realismo trata basicamente, e quase em exclusivo, das relações políticas entre os Estados, considerando válidas apenas as variáveis políticas, isto é, diplomáticas e militar-estratégicas. Esta teoria é inspirada em Maquiavel, na sua obra “O Príncipe” de 1532, e em Hobbes devido ao “Leviatã” de 1641,

com o seu estado de natureza de “guerra de todos contra todos”, esta teoria surgiu em oposição à teoria do liberalismo.

Os principais autores desta teoria foram Edmund Carr e Hans Mongenthau e um dos seus principais postulados foi de Thomas Hobbes (LAFER, 2001), para quem os homens, quando no estado de natureza, ou seja, quando vivem sem uma autoridade superior capaz de determinar as regras mútuas de convivência e de implementar essas regras, vivem em uma situação de permanente conflito, na qual cada um é responsável por sua preservação, procurando o máximo de poder possível com o objetivo de manter a sua integridade física. Como nesse Estado, essa atitude é partilhada por todos, o que acontece é uma contante luta por poder, o realismo percebe os recursos e os bens à disposição dos indivíduos como escassos e não compartilháveis ou divisíveis, provocando, portanto, a permanente disputa. Como se verá, outras teorias não têm a mesma percepção, encarando os bens compartilháveis ou divisíveis.

No realismo, os Estados nacionais são os “indivíduos”, considerados como os únicos atores válidos no sistema e, para todos os efeitos práticos, como sendo uma unidade completa, ou seja, como uma representação de uma vontade maciça (ARON, 1986. p29).

Huntington chegou a denominar o realismo como “modelo de jogo de bilhar”, numa analogia em que o sistema é a mesa e os atores as bolas de bilhar: sistema fechado com atores maciços. (HUNTINGTON, 1996)

Com esta realidade de “anarquia internacional” surge o problema da governabilidade do sistema, impõem-se assim a dificuldade de impedir que a “anarquia” se transforme em “caos”.

Segundo Aron, a consequência do ambiente de permanente disputa entre os Estados paragarantirem, pelo menos, a sua existência, é que eles vivem “à sombra da guerra”. Esta forma de ver o mundo, implica uma disputa pelo poder, especialmente na forma de poder militar, no entanto, outras formas são também possíveis, desde que convertíveis no militar, exemplo, económico ou religioso. (ARON, 1986.)

Embora a segurança nacional seja uma preocupação fundamental, que aconselha uma política marcada pela prudência, ela não se impõe, tornando possível os países procurarem outros objetivos nos seus relacionamentos mútuos, como a potência ou a glória. Do mesmo modo, a segurança nacional não implica uma atitude defensiva de um país frente aos demais, pois é, possível que, em nome da segurança, um país anexe um vizinho, em busca de mais território, de mais recursos naturais ou humanos, ou simplesmente de modo “preventivo”.

Em suma, resultado do poder entre as nações, medido pela capacidade militar, impondo a norma de quem pode mais, manda mais. Assim sendo, empiricamente, surgem três princípios que regem o sistema: a oligarquia, a hierarquia e o equilíbrio de poderes. (PISTONE, 1986)

A oligarquia é fácil de compreender, numa variedade de atores, de capacidades e poderes, são poucos os que realmente se constituem como centros autónomos de decisão política, isto é, apenas alguns decidem como o sistema funcionará. A hierarquia indica a relação de poder entre os países, os mais fortes e mais fracos.

A oligarquia já supõem a hierarquia, e estabelece dois níveis, quem manda e quem obedece. A hierarquia supõem que, havendo vários níveis de poder, há vários níveis de comando, desta forma, a realidade internacional não é bipartida, mas sim mais complexa. Estes dois princípios em conjunto dão origem a uma geometria piramidal para o sistema internacional.

O terceiro princípio, o equilíbrio de poderes, rege as relações entre as diversas potências, estipulando que todas devem apresentar semelhantes capacidades de poder, desta forma, é possível manter uma relação de paridade e equilíbrio mútuo. O principal fundamento é que desta forma, todos se neutralizarão e nenhum Estado tentará dominar os demais.

Essa governabilidade, acontece apenas de acordo com a vontade dos atores se submeterem a ela. Este princípio não considera o ordenamento jurídico internacional como intrinsecamente válido, pois quem poderia legitimar a violência nesse sistema, sem conduzir à guerra? Isto não quer dizer que o realismo rejeite considerações de ordem jurídica ou moral, apenas não têm ilusões quanto à eficácia das leis internacionais.

1.2. O Liberalismo

Como se afirmou no tópico anterior, o realismo surgiu, principalmente nos Estados Unidos, em oposição ao liberalismo. O principal líder político a governar através da visão do liberalismo foi o presidente norte-americano, Woodrow Wilson, que governou entre 1913 a 1921. Durante a sua presidência, assistiu à destruição da Primeira Guerra Mundial e considerava que as causas que conduziram à mesma, mais que o assassinato do Arquiduque Franz Ferdinand, foi o sistema de alianças e as diplomacias secretas, vigentes no final do século XIX e princípios do século XX, além da política baseada na busca de poder - a

política de potência, a *Realpolitik*. Após o fim do conflito, propôs uma reformulação geral do sistema internacional.

Durante a Conferência de Versalhes (1919), onde foram realizadas as negociações pós-guerra, Wilson apresentou diversos pontos, nos quais condenava o sistema de alianças secretas, defendia uma diplomacia pública de cada país e terminou com uma proposta de regulação do sistema internacional através de meios jurídicos, que deu origem, à constituição da Liga das Nações, cuja função era zelar pela manutenção da paz e evitar futuras guerras através de mediação e negociação. A antropologia associada a essas propostas é positiva, o homem é um ser racional, capaz de dialogar para resolver os seus problemas e as suas diferenças, através do debate, da troca de ideias. As paixões de guerra são passíveis de controle, e, nos casos em que não sejam, o bem comum prevalecerá, quer seja entre os governantes, ou seja nas variadas opiniões públicas. (LACERDA, 2006)

Wilson defendia que é possível acordo por meio de diálogo, da mesma forma como os diversos tipos de ética e de moral podem ser reduzidas a um mínimo denominador comum por meio do mesmo expediente (WEBER, 1977).

Por fim, a capacidade humana de regular sua conduta pelas normas da ética e da moral é plenamente alcançável, sendo possível que exista uma instituição internacional, ou melhor, ao mesmo tempo interestatal e supranacional capaz de zelar pela paz através do simples apelo às normas livremente instituídas e das normas morais¹.

O liberalismo não surgiu como uma corrente científica das R.I, mas sim como uma visão do mundo oposta ao realismo, no entanto, a abordagem ética das relações internacionais teve como base, ainda que no campo filosófico, Immanuel Kant, autor de “A paz perpétua”.

Nesse livro, o autor defende que, para que as guerras terminem, é necessário que a diplomacia seja pública, sem acordos secretos ou segundas intenções no momento de assinar esses acordos; que os governos sejam republicanos, isto quer dizer, que os governos obedeçam à opinião pública, que é capaz em cada país de criticar as decisões dos seus governantes, e que respeitem também as leis internacionais constituídas por uma federação de povos (KANT, 1944). Kant defende que a política deve subordinar-se à moral (BULL, 1981).

¹ O interestatal é o nível de organização caracterizado pela reunião dos diversos países a partir de seus governos ou estruturas estatais; o supranacional constitui-se pela subordinação dos vários países a uma organização ou instituição a eles superior.

1.3. O neo-realismo

Este modelo surgiu na década de 70, vários analistas consideraram que as evidências empíricas da época já contrariavam os aspetos políticos, sobretudo os militar-estratégicos, que atuavam no sentido da importância crescente, no quadro internacional, das variáveis económicas.

Os principais autores desta corrente são Joseph Nye Jr. e Robert Keohane, ambos defendem que a economia é o elemento fundamental na disputa entre nações, num ambiente de anarquia. Os neo-realistas afirmam ser possível existir um mercado livre, desde que o mesmo respeite certas condições políticas sejam acordadas, por exemplo, tem de existir concordância mútua das potências e respeito pelas regras de mercado. (LACERDA, 2006)

Deste ponto, o neo-realismo estende-se para uma outra teoria, que é a teoria da estabilidade hegemónica, a mesma defende que, só é possível existir um ambiente internacional economicamente liberal se um país atuar como zelador, ou seja, é necessário haver uma potência político-militar capaz e disposta a manter a estabilidade do sistema. A potência que irá zelar pela continuidade deste sistema, será aquela que possui superioridade político-militar e mesmo económica sobre todas as restantes.

Segundo esta teoria, a única maneira de se manter um sistema internacional economicamente liberal, com poucas ou nenhuma restrições alfandegárias, com liberdade de comércio e amplas transações económicas, quer sejam comerciais, quer sejam financeiras, é a atuação dessa potência que irá manter a ordem devido à sua superioridade em relação às outras potências.

Nesta realidade, a potência que zela pela continuidade do sistema terá como sua responsabilidade emitir mais ou menos moeda de trânsito internacional, de forma a satisfazer a demanda internacional de moeda e ao mesmo tempo, sendo a economia mais importante, deve ser capaz de absorver parte da produção dos demais países do sistema. (LACERDA, 2006)

Por outras palavras, o país que mantiver a ordem regula a economia global e a sua própria, administrando ambas da melhor maneira possível. Contudo, importa notar que para um sistema internacional compartilhado por vários países funcionar, é necessário que os demais países tenham vantagens por pertencer ao sistema.

As vantagens para os países participantes seriam, em primeiro, a existência de um ambiente económico minimamente aberto, no qual seria possível de facto uma economia

mundial, ou internacional, ao invés da continuidade das economias autárquicas (centradas em si próprias e fechadas para o comércio internacional)².

O neo-realismo e a teoria da estabilidade hegemónica são teorias que se fundem, de maneira singular, os fatores económicos e políticos, regem se pelos princípios da economia liberal de que o livre comércio é a melhor organização que a economia internacional pode ter, em um quadro internacional marcado por países com diferentes níveis de poder.

1.4. O Construtivismo

Esta teoria analisa as relações internacionais como se elas acontecessem no âmbito de uma sociedade cujas normas e agentes se influenciam mutuamente. As escolhas feitas por estes agentes estão sujeitas a este processo.

Segundo Wendt, um dos principais teóricos desta corrente, critica o neo-realismo, argumentando que esta teoria não é suficiente para explicar as mudanças no sistema internacional, uma vez que o considera como sendo permanentemente anárquico. O principal interesse desta teoria era responder à questão de como são formados os interesses dos Estados (WENDT, 1992). Em oposição a Waltz, que considera que o sistema é estruturado entre os países através da distribuição de bens materiais, Wendt defende que o sistema internacional é estruturado de acordo com a distribuição do conhecimento e das inovações. No entanto, esta não materializa esta distribuição como instituições internacionais como o institucionalismo liberal e também não descarta a importância dos recursos naturais, sendo importante a forma como eles são geridos (HOPF, 1998). Os principais elementos desta corrente são a compreensão do mundo e os instrumentos usados para o compreender.

O construtivismo apresenta três lógicas de anarquia no sistema internacional: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana, ou seja, inimigo, rival e amigo, nessa ordem.

² Exceção feita à Nação reguladora, quanto maior o poder de que um país dispõe maiores os benefícios auferidos pelo sistema; inversamente, quanto menor o poder, menores os benefícios. Em princípio, a teoria da estabilidade hegemónica defende que todos os países que integram o sistema têm benefícios - quando menos pela ocorrência de uma economia internacional liberal. Inversamente, deve-se considerar que os custos envolvidos aumentam à medida que diminui o poder de um país.

“Each involves a distinct posture or orientation of the Self toward the Other with respect to the use of violence, which can be realized in multiple ways at the micro-level. The posture of enemies is one of threatening adversaries who observe no limits in their violence toward each other; that of rival is one of competitors who will use violence to advance their interests but refrain from killing which other; and that of friends is one of allies who do not use violence to settle their disputes and work as a team against security threats. (WENDT, 1999, p.258)

Esta visão entre Estados decorre das condições estruturais do sistema em se se encontram inseridos e a interação entre Estados pode conduzir a uma identidade coletiva (HOPF, 1998).

Em 1999, Wendt publicou o livro “Social Theory of International Politics”, considerado, por muitos, como um dos principais trabalhos da disciplina de Relações Internacionais, devido à combinação de realismo científico, holismo e liberalismo. Esta vertente é apresentada, pelo próprio autor, como um meio termo, isto é, uma versão ‘moderada’ de construtivismo que pretende distanciar-se, por um lado, de formas mais radicais de liberalismo (que argumentam que apenas as ideias importam), e, por outro, de versões puramente materialistas (que explicam a realidade apenas em função de fatores materiais). Tal como o nome indica, o foco do construtivismo está na construção social da política internacional. Na base do argumento construtivista está a ideia de que; i) a realidade é ‘socialmente construída’; ii) as estruturas são definidas, principalmente, por ideias compartilhadas, e não apenas por forças materiais; e iii) as identidades e os interesses dos atores são construídos por aquelas ideias compartilhadas (WENDT, 1999). Isso significa que ideias e normas têm um papel fundamental tanto na constituição da realidade e dos agentes, quanto na definição de identidades e interesses. Os atores estão imersos numa estrutura social que os constitui e que, por sua vez, é constituída, também, por esses atores no processo de interação.

De acordo com esta corrente, os conflitos surgem se os Estados se encontrarem no seu estado de natureza (Hobbes), esta condição faz com que o “Self” e o “Other” se relacionem como inimigos. Wendt descreve que inimigos constituem a representação do Outro como um ator que:

“...does not recognize the right of the Self to exist as an autonomous being, and therefore will not willingly limit its violence toward the Self” (WENDT, 1999, p.260).

Isto significa que a guerra total é eminente, pois os Estados não irão respeitar o direito do Outro de existir; é a guerra de todos contra todos e onde predomina o sistema de auto-ajuda. Segundo Wendt, a política externa é o resultado da interação entre o agente e a estrutura, sendo que face a esta correlação, uma das principais críticas feitas a Wendt é de que tudo existe de maneira subjetiva, e o subjetivo não pode ser quantificado; as prescrições esperadas de uma teoria ficam apenas no nível do “potencial”, do que poderá ocorrer sem dar solidez para nenhuma das afirmações feitas.

II – A Guerra Fria e a construção da União Europeia

Depois de 1945, a tomada de consciência da fragilidade da Europa no sistema internacional incutiria uma nova dinâmica nos diversos grupos políticos, económicos ou ideológicos no seio dos quais os resistentes se encontravam. Na realidade, a declaração de Ialta (12 de Fevereiro de 1945), assinada por Roosevelt, Churchill e Staline, mostrava uma Europa vazia de poder, obrigava ao reconhecimento da falência de cada uma das potências europeias envolvidas na guerra, estimulando os resistentes a desenvolver maiores esforços na procura da unidade europeia.

Com fim da II Guerra Mundial, era expectável uma desmobilização militar por parte dos vencedores mas a URSS não seguiu esse caminho.

“-Quem ocupa um território impõe também nele o seu próprio sistema social. Cada um impõe o seu próprio sistema, quando o seu exército o permite conseguir.”(Staline cit in SACCHETTI, 1982. p74)

Todavia, e sobretudo depois do Golpe de Praga (24/25 de Fevereiro de 1948), surge a evidência de que a ameaça alemã havia sido substituída e suplantada pela ameaça soviética.

“o colapso da Alemanha nazista e a necessidade de preencher o vácuo de poder resultante levaram à desintegração da parceria da Guerra”. (Kissinger, 1999. p458)

Com o fim da II Guerra Mundial, a Alemanha foi dividida, através do Acordo de Postdam³, em quatro zonas de ocupação controladas pelas potências aliadas: União Soviética, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França. Berlim, a capital do Reich, estava situada no interior da parte ocupada pelos soviéticos, mas foi igualmente dividida em quatro setores, tornando-se a sede do Conselho de Controle Aliado.

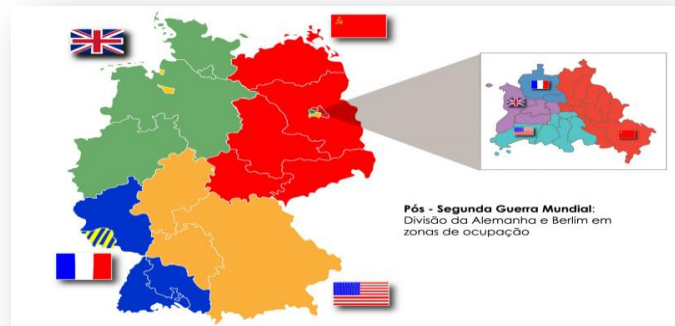


Ilustração 1- Divisão da Alemanha

Fonte: URL: <http://marcosbau.com.br/geopolitica/conferencias-de-teera-valta-e-posdam/>

O mapa da Europa passou a ser redesenhado. O líder soviético Joseph Stalin construiu um cinturão de nações independentes, mas controladas por Moscovo.



Ilustração 2 - Mapa da URSS

Fonte: URL: http://www.berdichev.org/map_ex_urss.htm

Em poucos anos, a Alemanha estava administrativamente dividida. A parte leste, controlada pela União Soviética, teve as suas indústrias e propriedades nacionalizadas. Os soviéticos eram contrários aos planos de reconstrução da Alemanha, por temer que ela voltasse a ser uma grande potência de influência nos países do leste europeu, e que recuperasse a sua força bélica, pondo em risco o controle do governo do Kremlin. Em

³ The Berlin (Potsdam) Conference, 1945. Disponível na internet: <https://usa.usembassy.de/etexts/ga4-450801.pdf>

paralelo aos planos soviéticos, embora recebesse ajuda dos EUA desde 1946, foi só com o programa de luta contra "a fome, a pobreza, o desespero e o caos" que a Alemanha Ocidental recebeu o impulso decisivo para iniciar sua reconstrução. O Plano Marshall disponibilizou 1,4 bilhão de dólares de 1948 a 1952. (CHAVES, 2015)

Opondo-se aos planos dos aliados para a reconstrução alemã, e a isenção das dívidas de guerra, *Staline* instituiu, em 1948, o Bloqueio de Berlim, impedindo que alimentos materiais e suprimentos chegassem ao enclave de Berlim Ocidental. Para evitar uma tragédia, a França, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá, Austrália e vários outros países promoveram uma ponte aérea sobre Berlim, a *Berlin Airlift*, fornecendo alimentos e outros suprimentos à parte ocidental da cidade. Ironicamente, os países aliados que outrora destruíram a cidade com as suas bombas, agora socorriam a população com toneladas de suprimentos de sobrevivência. O embargo a Berlim só seria suspenso por Staline no ano seguinte, em 12 de maio de 1949. (ALTMAN, 2014)

A situação da Alemanha ocupada só foi definida quatro anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 23 de maio de 1949 os três blocos ocupados pela França, Reino Unido e Estados Unidos foram transformados na República Federal da Alemanha (RFA), conhecida como Alemanha Ocidental, país independente e capitalista, com a capital estabelecida na cidade de Bonn. Em 7 de outubro de 1949, os soviéticos concederam autoridade administrativa à parte que ocupava, criando a República Democrática Alemã (RDA), conhecida como Alemanha Oriental, de regime comunista subordinado a Moscovo.

Com a divisão da Alemanha em dois países de regimes distintos, nascia oficialmente a Guerra Fria; travada ideologicamente entre capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e comunistas, liderados pela União Soviética. Berlim, situada dentro da RDA, continuou a ser uma cidade dividida. O lado oriental era controlado pelos soviéticos, sendo oficialmente a capital da Alemanha Oriental. A parte oeste da cidade, tornou-se um enclave controlado pelos capitalistas, no coração dos países da Cortina Ferro.

Nos Estados Unidos ainda havia uma certa hesitação em relação à intervenção norte-americana na Europa do pós-guerra. Nesta altura o presidente americano era Harry Truman, que em Congresso, através do que foi apelidado de “ Doutrina Truman”⁴, foi capaz de reunir a força para a intervenção militar na região, esta ação veio reforçar a tensão entre o bloco

⁴ Department of State - The Truman Doctrine and the Marshall Plan, Disponível na internet: <https://history.state.gov/departmenthistory/short-history/truman>

capitalista e o bloco socialista, liderados respetivamente por Estados Unidos da América e pela União Socialista das Republicas Soviéticas.

A intenção da intervenção americana baseava-se em economicamente reerguer as economias europeias e militarmente em manter o estatuto das democracias da Europa Ocidentais. Segundo Kissinger (1999), essas ajudas estavam mais associadas ao que o autor chamava de “Liberalismo Wilsoniano”. Este liberalismo defendia que deveria haver uma intervenção na Europa, sem associar esta intervenção à manutenção do estatuto europeu mas sim a uma luta por um ideal político e de relacionamentos internacionais, que assentavam na liberdade, paz e democracia.

Truman viu a batalha que vinha, entre os Estados Unidos e a União Soviética, como a luta entre o bem e o mal, sem relação com esferas de influência [...] em suma, a aliança atlântica, não sendo, na realidade uma aliança, aspirava a universalidade moral. Representava a maioria do mundo contra a minoria de desordeiros.(KISSINGER, 1999. p. 483 e 498)

O pensamento norte-americano, segundo Kissinger, defendia que foram os princípios realistas dos governos europeus, que conduziram à Segunda Guerra. Segundo o mesmo, esses valores já deveriam ter sido substituídos por outros, como o livre comércio, a liberdade e a democracia.

Esse mesmo liberalismo condenado pelos EUA, foi o mesmo levado a cabo pelos próprios no pós-guerra, o que conduziu à Guerra Fria. Esta afirmação pode ser constatada devido ao constante e recíproco bloqueio das resoluções no Conselho de Segurança das Nações Unidas entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Este quadro das relações internacionais é apresentado também por Hobsbawn (1997), porém sob outro prisma. Segundo o autor, as ofensivas americanas, davam-se muito mais por interesses económicos do que por liberalismo. O mesmo defende que os EUA procuravam, embora que ocultado, prevenir uma depressão económica em larga escala, prevista através de uma analogia com o pós-guerra da Primeira Guerra Mundial.

Em tempos de guerra, as indústrias produzem em grande quantidade, inevitavelmente, o fim da guerra pode gerar uma grande perda de empregos que não são mais necessários e no caso da Segunda Guerra Mundial poderia ter um impacto na economia muito superior ao da anterior grande guerra.

Em primeiro lugar, a Guerra Fria baseava-se numa crença ocidental, retrospectivamente absurda mas bastante natural após a Segunda Guerra Mundial, de que a Era da Catástrofe não chegara de modo algum ao fim; deque o futuro do capitalismo mundial e a sociedade liberal não estava de modo algum assegurado”.
(HOBBSAWN,1997, p.231)

Economicamente, os Estados Unidos foram uma grande ajuda para a reconstrução da Europa, através do “Plano Marshall” foram viabilizados cerca de 17 biliões de dólares para a reconstrução das economias europeias. (SARAIVA, 2001)

Nesta altura do pós-guerra a estabilidade política e económica na Europa era muito importante para parar o avanço dos partidos comunistas, principalmente na Itália e França, onde os mesmos encontravam grande apoio popular por apresentarem saídas para a situação crítica que estes países atravessavam.

A situação do imediato pós-guerra em muitos países liberados e ocupados parecia solapar a posição dos políticos moderados, com pouco apoio além do de seus aliados ocidentais, e assediados dentro e fora de seus governos pelos comunistas, que emergiam da guerra em toda parte mais fortes que em qualquer época do passado, e às vezes como os maiores partidos e forças eleitorais de seus países.
(HOBBSAWN, 1997, p.237)

Segundo Kissinger (1999), o Plano Marshall foi concebido com inspiração nas políticas do *New Deal* americano e a forma encontrada de assegurar este plano foi através do Pacto Atlântico, pois segundo o mesmo seria “a melhor proteção contra agressores [...]”. Isto porque ele dispõe de “ [...] um poder esmagador e disposição para empregá-lo”.

O Tratado do Atlântico Norte foi assinado em 4 de abril de 1949⁵, para dar resposta ao início da Guerra Fria e tinha como objetivo constituir uma frente de defesa contra o bloco comunista, que, uns anos mais tarde, em 1955, viria também a criar uma aliança de países que assinariam o Pacto de Varsóvia.

⁵ “The North Atlantic Treaty”, 1949. Disponível na internet em:
http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/stock_publications/20120822_nato_treaty_en_light_2009.pdf

É determinado que os membros obedecerão ao princípio da autodefesa estabelecido no artigo 51 da Carta das Nações Unidas⁶, já expressados anteriormente no Pacto de Bruxelas, segundo o qual:

“Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos Membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais” (Carta da ONU, 1945, art. 51).⁷

A OTAN⁸ foi criada para garantir a segurança do bloco ocidental, segundo a regra da defesa coletiva, ou seja, se a segurança de qualquer membro for ameaçada todos são afetados. Quando os países signatários assinaram o tratado de Washington⁹, cada um deles, assumiu o compromisso de respeitar este princípio, desta forma é possível aumentar a segurança e dissuadir possíveis agressores.

O processo de integração política e económica na Europa deu os primeiros passos em 1949, a Europa encontrava-se destruída devido à II Guerra Mundial e o mundo estava submetido às duas potências nucleares, os EUA e a URSS. Neste ano, foi instituída a Organização Europeia de Coordenação Económica (OECE), que visava assegurar a coordenação do auxílio americano à Europa através do Plano Marshall. Esta organização tinha como objetivo a regularização dos pagamentos internacionais, a liberalização do comércio de mercadorias e invisíveis, e tenta a realização de uma união aduaneira entre os seus membros, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia,

⁶ “Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice”. Disponível na internet em: <https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>

⁷ Carta da ONU, 1945, art. 51. Disponível na internet em: http://unicrio.org.br/img/CartaONU_VersolInternet.pdf

⁸ A designação para esta instituição é usada de forma diferente ao longo da dissertação.

⁹ Carta fundadora da OTAN

sendo que mais tarde também a Alemanha (em 1955) e Espanha (em 1959) aderiram. (WEIDENFELD e WESSELS, 2006)

Relativamente à união aduaneira, foi um objetivo falhado, a Grã-Bretanha e a França não chegaram a uma solução porque a Grã-Bretanha pretendia manter a posição de aliado privilegiado dos EUA e, ao mesmo tempo, conservar as relações com os países membros da *Commonwealth*.

A 9 de Maio de 1950, o então ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, proferiu a Declaração Schuman. Nesta declaração era feito um apelo à paz, à reconciliação com a República Federal Alemã, à abertura ao Leste e à solidariedade com África. (WEIDENFELD e WESSELS, 2006) Esta declaração também propunha a criação de uma associação para a produção e consumo do carvão e aço, entre a França e a Alemanha Federal. O objetivo deste plano era criar um mercado comum em dois dos principais ramos da indústria, nesta época, e consolidar a paz na Europa pois iria integrar a Alemanha no processo europeu.

Do ponto de vista da Alemanha, o Plano Schuman era a possibilidade de recuperar novamente o respeito dos outros países, desta forma, é assinado o Tratado de Paris, a 18 de Abril de 1951, e nasce a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Os membros fundadores desta organização foram, a França, a Alemanha, a Itália, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo. (WEIDENFELD e WESSELS, 2006)

Em 1955, devido ao sucesso e bom funcionamento dos mercados comuns do carvão e do aço, os membros desta organização criaram uma comissão encarregue de estudar a possibilidade de criação de um mercado comum para todos os produtos. Nasce assim, o liberalismo europeu. (WEIDENFELD e WESSELS, 2006)

Enquanto este processo se desenvolvia e se apelava à união dos países europeus, em 17 de maio de 1955, foi assinado o Pacto de Varsóvia. Os signatários deste tratado foram os oito países que formavam o Bloco de Leste: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Bulgária, Polónia, Checoslováquia, Hungria, República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), Albânia e Roménia.

Os objetivos principais desta aliança eram: i) ser um bloco militar que pudesse fazer frente à OTAN; ii) Proteger os países membros de um possível ataque militar da OTAN; iii)

garantir a defesa coletiva em caso de ataque a algum país membro e; iv) Organizar militarmente os países do Bloco do Leste.¹⁰

Esta aliança permitia aos países de leste se organizarem e protegerem contra o ocidente, sendo que no 1º Artigo do Tratado de Varsóvia está explícito que é um bloco que irá respeitar a Carta das Nações Unidas a não ser que haja agressão a algum dos países signatários, como mencionado anteriormente.

Artigo 1 “As partes contratantes comprometem-se, conforme à Carta das Nações Unidas, a abster em seus relacionamentos internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força e arranjar suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de tal maneira que não se ponham em perigo a paz e a segurança internacionais.”¹¹

Neste bloco opera a corrente realista, sendo que do ponto de vista da URSS, a única forma de fazer frente à OTAN é através da via militar e quem deter maior poder irá dominar o mais fraco.

Durante esta ordem bipolar, a Europa era construída e apoiada num ideal de paz e união dos povos europeus. A União Europeia não foi criada nem projetada para ser um bloco militar, pelo menos inicialmente.

2.1 A cortina de ferro e a implementação da União Europeia

Com base no relatório de estudo sobre o alargamento do mercado comum a todos os produtos, pedido pelos membros da CECA, surgiram dois tratados, o Tratado de Roma, criador da Comunidade Económica Europeia (CEE), e o Tratado que instituiu a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EUROTOM). Ambos foram assinados por todos os membros da CECA a 25 de Março de 1957 e entraram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1958. (WEIDENFELD e WESSELS, 2006)

Assim, a União Europeia traduz-se na aliança política e económica constituída pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952), pela Comunidade Económica Europeia

¹⁰ “The Warsaw Pact”, 1955. Disponível na Internet:

https://chnm.gmu.edu/1989/archive/files/The%20Warsaw%20Pact_d7223aede6.pdf

¹¹ “The Warsaw Pact”, 1955. Disponível na Internet:

https://chnm.gmu.edu/1989/archive/files/The%20Warsaw%20Pact_d7223aede6.pdf

(CEE, geralmente designada como Mercado Comum, em 1957), e pela Comissão Europeia da Energia Atómica (EURATOM, em 1957).

A oposição ideológica dos dois blocos, e a participação da Alemanha Federal, como membro da CEE fez com que o crescimento económico nas duas partes da Alemanha dividida não fossem semelhantes, sendo que a parte controlada pelo Ocidente evoluiu mais rapidamente que a parte de leste controlada pela União Soviética.

Enquanto os Países Capitalistas liderados pelos Estados Unidos defendiam a reconstrução de Berlim ocidental dentro do Plano Marshall, a União Soviética com o seu regime socialista temia que caso permitisse a Berlim oriental se desenvolver, a Alemanha poderia recuperar o seu poderio bélico e principalmente a sua influência histórica sobre os países do leste europeu.

Nesta altura, no lado oriental, a população vivia em condições degradantes e era proibida de atravessar a fronteira em busca de emprego. Embora as restrições e o perigo de ser apanhado a fugir da RDA para a RFA fosse elevado, o fluxo de fuga dos habitantes de Berlim oriental não cessou, de maneira a terminar de vez com as fugas e a espionagem dentro de Berlim e da Alemanha socialista, a RFA começou a elaborar um plano que passava pela construção de um muro que separasse os dois lados da cidade, dividindo definitivamente a fronteira entre os dois blocos. (KISSINGER, 1999)

Na madrugada de 13 de Agosto de 1961, todas as conexões de trânsito foram interrompidas e em apenas uma noite, as forças armadas da RDA, apoiadas pelas tropas soviéticas, demarcaram uma linha com arame farpado que foi sendo cimentada nos meses seguintes. (RIBEIRO, 2015)

“Assim, a fronteira era muito mais que uma simples linha de defesa: as suas fortificações evitavam acima de tudo que os civis do RDA escapassem para a parte ocidental. Era algo mais que uma simples fronteira, porque claramente dividia a Europa em dois campos rivais, tanto politicamente (de um lado estavam democracias liberais capitalistas, e do outro vários estados comunistas), como no lado económico (a CEE contra o Comecon), e militarmente (a OTAN contra o Pacto de Varsóvia). Assim esta fronteira tornou-se definitivamente em um dos principais símbolos da Guerra Fria.” (KISSINGER, 1999, p 423)

A comunidade internacional repudiou esta atitude, mas não existiram grandes pressões para o muro ser deitado abaixo rapidamente, era visto como um mal menor em comparação com a possibilidade de uma guerra aberta. O muro de Berlim passou a ser o marco da divisão do mundo em duas ideologias, e só viria a cair quando o próprio regime soviético caísse.

2.2 O fim do regime soviético e a reunificação Alemã

A liderança de Michael Gorbachev na URSS e as suas políticas de reestruturação e abertura forneceram uma base para o diálogo, o que mais tarde, viria a permitir terminar a nova guerra fria.

Por volta de 1985, Gorbachev adotou a política de liberalização da sociedade soviética e reestruturação da economia. Guiado pelas suas políticas de reestruturação e abertura aproximou-se da política de abertura nas relações internacionais através da rejeição da guerra fria e do apoio aos princípios da coexistência pacífica, do desarmamento, do controlo de armamento e da cooperação mútua para o desenvolvimento. (TAYLOR, 2007,p.67)

Enquanto a abertura de diálogo entre a União Soviética e EUA ia sendo maior, em fevereiro de 1986, a Comunidade Europeia avançou significativamente no processo de integração económica com a assinatura do Acto Único Europeu, no Luxemburgo, o qual teve como principal objetivo a construção do Mercado Único em 1993, sem se saber que por esta altura a guerra fria já estaria terminada.

Em 1987 foi assinado o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (Tratado INF), este acordo foi assinado pelos EUA e a URSS e ambas as partes acordaram em remover completamente os seus mísseis de médio e curto alcance até ao ano de 1991. A eliminação deste armamento foi supervisionada por inspeções recíprocas realizadas regularmente.¹²

Na esfera do governo e da política da URSS, o sistema político dominante de partido único havia chegado ao seu limite e desenvolveu uma falta de apoio popular a nível local, a

¹² "Tratado Inf", SputnikNews. Consultado em Agosto de 2017. Disponível na Internet: https://mundo.sputniknews.com/trend/inf_2015/

economia soviética passou a sofrer muitas tensões e a sociedade soviética e a sua economia necessitavam de reconstrução e desenvolvimento. Na União Soviética, Gorbachev, introduziu eleições multipartidárias, debates abertos, tomada de decisão pública, democratização, descentralização e liberalização.¹³

Como referido anteriormente, atuando sob as novas iniciativas políticas, a URSS assinou o histórico Tratado INF¹⁴ com os EUA em 1987. Este tratado deu um grande impulso ao processo de controlo de armas, coexistência pacífica e cooperação entre o Oriente e o Ocidente. Gorbachev adotou a política de manter contactos regulares e de alto nível com o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, e depois com George Bush, que sucedeu a Reagan em 1988 e encorajava a liberalização para o Ocidente. As suas políticas foram essenciais para produção de um movimento em direção à liberalização e democratização nos países socialistas da Europa.

Em junho de 1989, Gorbachev manifestou a sua oposição à Doutrina Brejnev¹⁵, afirmando que todos os países europeus eram livres de escolher o seu modelo social e político, condenando a utilização da força militar entre o Ocidente e o Leste.

De seguida, iniciou-se um conjunto de revoluções no Leste da Europa que viria a alcançar a deposição dos governos comunistas¹⁶ e que terminaria, posteriormente, na implosão da União Soviética e no fim da Guerra Fria.

No dia 30 de Outubro de 1989, tendo sido apresentado um “Relatório sobre a Situação Económica da RDA e Respetivas Consequências”, organizado por uma equipa de cinco elementos dirigida por Gerhard Schürer, Presidente da Comissão Estatal de Planeamento¹⁷, ficou a conhecer-se que o país se aproximava da bancarrota. Para se evitar um ainda maior endividamento, a solução passaria por baixar o nível de vida, em cerca de 25 a 30%, o que associado ao crescente descontentamento social tornaria a RDA ingovernável, pelo que a 1

¹³ “Tratado Inf”, SputnikNews, Op. Cit

¹⁴ Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário

¹⁵ Também conhecida como Doutrina da Soberania Limitada. De acordo com esta Doutrina, criada por Leonid Brejnev (1906-1982) na década de 60, afirmava-se o direito de violar a soberania dos Estados-satélite da Europa de Leste comunista (integrados no Pacto de Varsóvia), sempre que se entendesse que estes Estados estavam a colocar em causa o comunismo. Numa aplicação efetiva desta Doutrina, perante a Revolução Húngara (1956) e a Primavera de Praga (1968) – servindo este último episódio como pano de fundo à obra *A Insustentável Leveza do Ser* (1984) de Milan Kundera – a URSS respondeu com a entrada do exército vermelho no território destes Estados, num misto de pressão militar com pressão política .

¹⁶ Nomeadamente: na Polónia, na Hungria, na Checoslováquia, na Bulgária e na Roménia.

¹⁷ Comité executivo, constituído tanto por membros do SED como do SPD (Sozialdemokratische Partei Deutschland – Partido Social-Democrata da Alemanha), era o responsável pela governação efetiva da RDA, na medida em que todas as decisões fundamentais eram tomadas neste Comité e só depois transmitidas aos Ministros que as aplicavam sectorialmente.

de Novembro, Egon Krenz¹⁸, dirigiu-se a Moscovo expondo a situação a Gorbachev. Contudo, Gorbachev recusou-se a financiar mais a RDA e Krenz voltou a Berlin Oriental na mesma situação em que partira para Moscovo.

No dia 9 de Novembro de 1989, Schabowski, o porta-voz do Comité Central para os média, membro (desde 1952) e Secretário-Geral (desde 1985) do SED e membro do Politbüro, leu, numa conferência de imprensa transmitida em direto para a RFA e para a RDA, um documento que continha regulamentação que apenas entraria em vigor no dia 10 de Novembro, cujo conteúdo foi:

“1. O decreto de 30 de Novembro de 1988 acerca das deslocações ao estrangeiro dos cidadãos da RDA deixará de se aplicar até que novas leis de viagem entrem em vigor.

2. Entra imediatamente em vigor a seguinte regulamentação temporária e de transição para deslocações ao estrangeiro e saída permanente da RDA: a) Os pedidos individuais de autorização para deslocações ao estrangeiro podem agora ser feitos sem obrigatoriedade de apresentação de documentos prévios (que demonstrem a necessidade da deslocação ou provem a existência de relações familiares). As autorizações de deslocação ao estrangeiro serão concedidas num curto período de tempo. E só casos especiais poderão justificar a sua recusa. b) Os departamentos responsáveis pelo controlo de registos e passaportes, situados nas delegações regionais da Polícia Popular da RDA, têm instruções para emitir autorizações de saída permanente sem demora e sem que seja necessário apresentar os documentos prévios para a emissão das ditas autorizações. É também possível requer autorizações de saída permanente nos departamentos de assuntos internos [das zonas administrativas ou das câmaras municipais]. c) As saídas permanentes podem ser efetuadas através de todos os postos fronteiriços da RDA na fronteira com a RFA e Berlin (Occidental). d) Termina a prática temporária de emitir autorizações (de viagem) através dos consulados da RDA e autorizações de saída permanente mediante a apresentação de apenas um bilhete de identidade da RDA através de países terceiros.

3. O comunicado à imprensa correspondente, no qual se explicará a regulamentação temporária e de transição, será emitido no dia 10 de Novembro.

¹⁸ Que sucedera a Erich Honecker em 1989, como Chefe de Estado da RDA

Responsável: Porta-voz governamental do Conselho de Ministros da RDA”.
(TAYLOR, 2007, p. 134)

Na conferência de imprensa, Schabowski declarou que a mesma passaria a vigorar de imediato. Em virtude desta comunicação, vários Alemães de Leste começaram a amontoar-se na fronteira interna de Berlim, pressionando os guardas da fronteira para que os deixassem passar. As ordens com indicação dos procedimentos a tomar pelos guardas não foram dadas até que, um grande número de pessoas vindas do Leste e do Ocidente abrem caminho através do Muro, na Porta de Brandeburgo, foi uma das revoluções mais rápidas e menos sangrentas da história. (TAYLOR, 2007) Esta foi a primeira vez, ao fim de vinte e oito anos, que voltara a ser permitido aos Alemães de Berlim Leste atravessar livremente a fronteira em direção a Berlim Ocidental, o Muro tinha caído.

Para a União Soviética, a nova reestruturação e liberalização transformaram-se num movimento que apelava aos direitos e liberdades democráticas. Devido à fraqueza económica da URSS, o poder central foi incapaz de controlar estes movimentos e a sua autoridade ficou limitada.

Após estes movimentos, uma a uma, todas as repúblicas começaram a declarar a sua independência e os conflitos étnicos começaram-se a desenvolver.

Os primeiros Estados a proclamar a sua independência da URSS foram a Estónia, Lituânia e Letónia. Após a emancipação destes Estados a fragilidade da União Soviética era visível e a luta de poder entre Michael Gorbachev e Boris Yeltsin acentuou-se. (TAYLOR, 2007)

Em 31 de Agosto de 1990, Wolfgang Schäuble, Ministro Federal do Interior, e Secretário de Estado da RDA Günther Krause assinaram o Tratado de Unificação em Berlim Oriental. O Tratado entrou em vigor com a anexação da República Democrática Alemã à República Federal da Alemanha em 3 de outubro de 1990. Devido a este acordo, em outubro de 1990, a RDA tornou-se o primeiro território ex-soviético a pertencer à União Europeia.

Após a reunificação da Alemanha, existiram eleições no dia 2 de Dezembro e Helmut Kohl, que fora Chanceler da RFA entre 1982 e 1990, foi eleito como o primeiro chanceler da Alemanha reunida.

Em 1991, uma Carta Europeia dos Direitos Humanos foi aprovada na Cimeira de Maastricht, em Dezembro de 1991, por todos os membros, com exceção do Reino Unido (WEIDENFELD e WESSELS, 2006). Nessa mesma reunião, foi alcançado um acordo sobre as linhas principais de um Tratado para a União Europeia, incluindo a união política e

monetária com um calendário de implementação, e um novo sistema de cooperação entre as forças militares e policiais.

Nesse mesmo ano, a autoridade soviética quase que desapareceu. Todas as repúblicas soviéticas declararam independência, as nove repúblicas da URSS, que se haviam declarado Estados independentes soberanos, assinaram um tratado para formar a Comunidade de Estados Independentes (CEI), uma confederação solta de nove estados soberanos. A Rússia afirmou a sua reivindicação para o seu reconhecimento como sucessor da URSS, e foi aceite pelas novas repúblicas soberanas, bem como pelos EUA e outros estados do mundo. (TAYLOR, 2007)

Após a rejeição inicial por parte da Dinamarca, ao tratado da União Europeia, num referendo nacional realizado em Junho de 1992, o Tratado de Maastricht foi formalmente ratificado por todos os Estados-Membros tendo entrado em vigor a 1 de Novembro de 1993. Este tratado, no qual foi adotada a nova designação de União Europeia, compreendendo não só os diversos órgãos da sua antecessora, a Comunidade Económica Europeia (CEE), mas também dois “pilares” intergovernamentais que cobrem a política externa e de segurança comum e a cooperação na justiça e assuntos internos. (WEIDENFELD e WESSELS, 2006).

Finalmente, no dia 31 de dezembro de 1991, a bandeira da URSS foi substituída pela bandeira da Rússia. O presidente da Rússia, Boris Yeltsin recebeu os códigos nucleares de Mikhail Gorbachev e a Rússia herdou o lugar permanente, que antes pertencera à URSS, no Conselho de Segurança da ONU. (TAYLOR, 2007)

A Alemanha unida, deu origem a um Estado federal e democrático, como consta no artigo 20.º da sua constituição que se tem mantido desde 1990 até ao presente, exatamente com as mesmas fronteiras, empenhado no aprofundamento do processo de construção europeia enquanto modelo para a cooperação e integração, uma vez que a Alemanha continua a ser um dos seus motores; comprometido com os valores da paz, segurança e estabilidade, promovendo o desarmamento e a não proliferação nuclear; e maximizando as oportunidades oferecidas pela globalização para que todos dela beneficiem.

A unificação da Alemanha simbolizou, para além do fim da divisão na Europa, a solidificação do projeto europeu e deu início à expansão europeia para os países de Leste, prevista na declaração de Robert Schuman, na criação da CECA.

Segundo uma análise neo-realista e realista, a Guerra Fria pode ser considerada como um período em que os diferentes Estados se uniam de forma a instrumentar em organizações internacionais lideradas pelos Estados mais fortes do sistema internacional, neste caso foram

os EUA e a URSS. Num sistema internacional anárquico, os diferentes Estados movimentam-se e aderem ao bloco mais próximo dos seus valores.

Segundo Waltz (2002), o sistema internacional é anárquico e cada Estado procura garantir a sua segurança acima de tudo.

Na visão dos idealistas, a Guerra Fria iria inevitavelmente terminar e seria possível alcançar a Paz Perpétua mencionada por Kant. A corrente idealista possui uma perspectiva necessariamente transformadora e otimista. O mundo pode e deve ser melhor (JUNIOR, 2004). A partir dessa premissa é que a ordem se configura como um primado de valores. Significa dizer que a conduta traçada pelos Estados, a partir do universalismo de normas e valores, permite a construção de uma ordem justa, isto é de uma ordem calcada nos princípios de atender aos interesses universais do ser humano. É como se os Estados abdicassem da lógica de interesses egoísticos para progredir para uma configuração justa de poder. Desse modo, haveria um respeito mútuo entre as Nações e no pós-Guerra fria seria possível encontrar um equilíbrio.

Relativamente à segurança, a corrente construtivista aproxima-se da realista, pois considera o Estado a mais importante unidade na estrutura da política internacional. Mesmo considerando que os atores não estatais têm uma enorme importância no sistema, são os Estados os principais impulsionadores da ordem e das mudanças a nível mundial (KATZENSTEIN, 1996).

O fim da Guerra Fria causou aos construtivistas o desafio de compreenderem o novo cenário unipolar. Neste pós-Guerra Fria, os Estados puderam se reinventar e conscientemente transformar o seu papel internacional, aderindo a várias organizações internacionais, mediante os seus interesses e identidade nacional, alterando desta forma a ordem mundial (NUGROHO, 2008)

As relações internacionais deixaram de ser focadas em questões de defesa da soberania e segurança, para dar lugar a questões económicas globais. Os EUA puderam, através do fenómeno da globalização impor a sua identidade como uma identidade global, patrocinando organizações mundiais assentes nos princípios que defendem a nível doméstico e internacional. A Rússia, perdeu o seu estatuto de superpotência e iniciou uma vaga de perdas de território que na altura se tornaram independentes e a ideologia comunista entrou em declínio nos países que eram influenciados pela ideologia soviética.

III – A União Europeia e a Rússia no pós-Guerra Fria

O país sucessor da URSS é a Rússia porque esta herdou o seu lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas, assim como herdou, quase todo o seu território e armamento (OCHOA, 2013). Em 1990, a Rússia não era vista como uma potência comparável à União Soviética, em termos militares, sendo antes vista como um país de Terceiro Mundo (MILHAZES, 2016).

A opinião sobre a Rússia têm se vindo a alterar ao longo dos anos, principalmente desde a eleição de Vladimir Putin, atualmente, a Rússia é considerada como um dos principais atores internacionais, procurando a sua ascensão através da sua participação em conflitos internacionais. O aumento de reconhecimento no estatuto da Rússia deveu-se às políticas seguidas por Putin, no entanto, estas políticas são inspiradas em Primakov, uma vez que a política externa de Putin reflete as ideias de Primakov enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros de Ieltsin (RAMANI, 2015).

Pode-se classificar a política externa da Rússia como o estabelecimento de uma posição anti-ocidente, que procura cooperação multilateral com a Índia e China, assim como também procura bloquear intervenções ocidentais em ex-países soviéticos ou aliados da Federação Russa (RAMANI, 2015).

Após a queda da URSS, deu-se início à hegemonia norte-americana, a União Europeia e Rússia sentiram a necessidade de adaptar as suas políticas face a esta alteração no sistema internacional e desenvolveram um quadro institucional único de cooperação (FERNANDES, 2014)

Nesta altura, a Rússia tentou uma aproximação ao Ocidente, nomeadamente à Europa. Esta aproximação é consumada, em Junho de 1994, com o Acordo de Parceria e Cooperação (APC) firmado entre a Rússia e UE.

Este acordo só viria a entrar em vigor em 1997 devido, principalmente, à guerra da Chechénia (FREIRE, 2011). Este acordo constituiu a base institucional da relação entre a UE e a Federação Russa (FERNANDES, 2014). O Acordo de Parceria e Cooperação era um acordo com validade para 10 anos, mas tem sido renovado consecutivamente (FAYOS, 2015) sem sofrer melhorias em relação à integração económica, principalmente, devido às constantes tensões que se tem verificado ao longo dos anos entre as duas partes. O objetivo deste acordo é promover a paz e segurança, mas também promover a liberdade económica e política e o respeito pelas normas democráticas.

Em 2003, na Cimeira de São Petersburgo, foi criada uma nova estrutura *ad hoc* de cooperação (FERNANDES, 2014), à qual foram estabelecidos quatro espaços comuns para reforçar a cooperação (EMERSON, 2005). Os quatro espaços comuns são; i) Espaço Económico Comum, ii) Espaço Comum de Liberdade, Segurança e Justiça, iii) Espaço Comum de Cooperação no domínio da Segurança Externa; iv) Espaço Comum de Investigação, Educação e Cultura.

Em 2005, na Cimeira de Moscovo, foram definidos os *Road Maps*, para concluir estas cooperações nos quatro espaços comuns (FREIRE, 2011), mencionados anteriormente.

O objetivo do Espaço Económico Comum era a criação de um mercado integrado e aberto entre a Rússia e a União Europeia, que englobasse áreas como as telecomunicações, transportes, energia, investimento, facilitação de comércio, espaço e ambiente.

O Espaço Comum de Liberdade, Segurança e Justiça, tem-se tornado numa componente fundamental para o desenvolvimento de uma parceria estratégica entre as partes. Segundo este documento, ambas têm um interesse em reforçar a cooperação nos campos da liberdade, segurança e justiça, e desta forma combater inúmeras ameaças. De todos os espaços, este é o mais difícil de cooperação com a Federação Russa, devido à falta de justiça, liberdade de expressão e de respeito pelos direitos humanos dentro do país.

O Espaço Comum de Cooperação no domínio da Segurança Externa, defende que existe uma necessidade de maior cooperação na política internacional e nos assuntos de segurança (TOMÉ, 2007). É mencionada a importância do multilateralismo, e a responsabilidade das Nações Unidas, assim como a OSCE e o Conselho da Europa. Este documento ainda refere a necessidade de um maior diálogo em relação à gestão de crises e de segurança, desde problemas regionais a globais, tendo em conta as regiões adjacentes à União Europeia e à Rússia.

O Espaço Comum de Investigação, Educação e Cultura, tem como finalidade a promoção de valores comuns e contributos para o crescimento económico de ambas as partes. A nível educacional, pode-se comprovar esta cooperação, por exemplo, através do programa ERASMUS, e a nível de investigação e cultura, pode-se comprovar através da renovação de tratados. De acordo com Sandra Fernandes, existe uma cooperação desequilibrada relativamente a cada espaço, sendo favorecida, principalmente, a cooperação económica e comercial (FERNANDES, 2014).

Embora existam quatro espaços comuns, assim como o APC, a cooperação entre as partes é complicada e difícil, visto que existem enormes diferenças de valores relativamente aos

direitos humanos. Para além disso, o alargamento da União Europeia aos membros da CEI e a mudança de perceção da Rússia em relação à União Europeia durante o segundo mandato de Putin (2004-2008), conduziu a uma realidade onde existem grandes tensões entre as partes.

Um ponto fundamental que está a bloquear uma maior cooperação, é a diferente interpretação do conceito de democracia por ambos. A União Europeia é constituída por Estados Membros democráticos, que respeitam certos valores, tendo como base o Tratado da União Europeia. No sistema internacional, a UE atua de acordo com os princípios que conduziram à sua criação, ou seja, desenvolvimento e alargamento, e o seu objetivo é promover a democracia, Estado de Direito, universalidade e indivisibilidade dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, igualdade e solidariedade, respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional.

Em oposição, a Federação Russa, apesar de se intitular um Estado democrático, tem uma visão diferente do que é democracia. Durante os dois mandatos presidenciais de Vladimir Putin (2000-2008), a Rússia assumiu o objetivo de recuperar a influência que outrora possuiu, seguindo políticas de acordo com este objetivo (FREIRE, 2011). Podemos olhar para o sistema democrático da Rússia como um sistema de poder vertical, introduzido por Putin, sendo que este sistema concentra todos os poderes no Kremlin (MILHAZES, 2016). De acordo com Lilia Shevtsova (2005), o poder vertical é um termo para designar um sistema de governo hierárquico assente em princípios de subordinação e num papel de domínio do ramo executivo, ou seja, num sistema vertical os poderes estão centrados, pois concentra todas as tomadas de decisões importantes num homem, neste caso no presidente, podemos assim afirmar que, o sistema político da Rússia é autocrático.

Este sistema vertical, pode ser comparado a um sistema de czars, visto que o elemento principal da Rússia moderna é o Presidente, sendo a Duma Federal¹⁹ submissa às suas decisões (TRENIN, 2005).

Regressando ainda ao tema do conceito de democracia, ele diverge bastante entre ambas as partes. Para Putin, a democracia têm a ver com a realização da vontade popular e não têm exatamente a ver com eleições competitivas, de acordo com o mesmo, a Federação Russa é um regime democrático porque o governo consulta e ouve o povo russo (KAGAN, 2009). Portanto, a democracia russa é vista como uma democracia soberana, que inclui a realização

¹⁹ A Duma Federal junto com o Soviete da Federação, forma o Legislativo da Federação Russa. A Duma é a câmara baixa da Assembleia Federal, enquanto o Soviete da Federação é a câmara alta.

de eleições, assim, com a expressão “soberana”, pretende reservar para si apenas a gestão dos seus assuntos internos e externos, rejeitando qualquer interferência exterior nos assuntos que considera de interesse vital para o país (FREIRE, 2011).

Para a Federação Russa, a soberania é uma consequência do poder, e que apenas grandes potências podem ser soberanas, pois isso implica uma grande independência económica, força militar e identidade cultural (KRASSTEV, 2015).

A democracia soberana da Rússia vai influenciar a sua política externa, logo, as relações com a UE são complexas e sofrem tensões devido à diferença de valores e princípios.

“Para Putin, há uma simbiose entre a natureza do seu regime e o êxito que tem obtido no regresso da Rússia ao estatuto de grande potência. A força e o controlo interno permitem à Rússia ser forte no exterior. A força no exterior justifica um regime forte no interior” (KAGAN, 2009, p.234)

Outra das questões fundamentais de tensões, é a questão energética, devido à dependência energética da União Europeia face à Rússia. Como referido anteriormente, o Espaço Económico Comum engloba a questão energética, sendo esta uma das questões mais importantes na relação entre ambas as partes.

A Rússia possui grandes recursos energéticos e usa-os como um instrumento da sua política externa, pois estes recursos permitem à mesma exercer pressão política e diplomática sobre os Estados vizinhos e parceiros europeus que sejam dependentes da energia russa (DAEHNHARDT, 2014).

A maioria das exportações de recursos naturais da Federação Russa têm como destino a UE, podendo, desta forma, afirmar que o crescimento económico desta potência é muito dependente da União Europeia. A UE é, uma das principais fontes de comércio russo, representa 25% das suas importações e 35% das suas exportações. A Federação Russa, por sua vez, representa apenas 4,4% das importações e 2,1% das exportações na UE (Kalland, 2004). No entanto, mais de metade da energia consumida na UE é importada da Rússia. Esta interdependência entre ambas as partes, fornece à Rússia uma grande influência e controlo sobre os assuntos que envolvam os países da Europa de Leste, que constituem os grandes países de trânsito no fornecimento de gás russo para a UE, sendo os mesmos também abastecidos pela Federação Russa.

Como instrumentos dessa influência, podemos ter a companhia petrolífera russa *Transneft* para exercer pressões sobre as exportações de petróleo, e a companhia *Gazprom* como um veículo de pressão sobre as exportações de gás (DAEHNHARDT, 2014), pois toda a Europa Ocidental está ligada a gasodutos russos. Para a União Europeia, a questão energética sempre foi muito importante, comprova-se com a criação da CECA EM 1951 e mais tarde com a EUROTOM em 1958. No entanto, esta importância nunca foi muito demonstrada nos tratados das Comunidades Europeias, sendo apenas considerada no Tratado de Lisboa. (PORTO, 2009).

No Tratado de Lisboa, a política energética visa assegurar o funcionamento do mercado da energia, assegurar a segurança do abastecimento energético da União, promover a eficiência energética e as economias de energia, bem como o desenvolvimento de formas de energia novas e renováveis (para assim fazer face à dependência Russa de recursos energéticos, tentando arranjar novas formas de produção de energia), promover a interconexão das redes de energia (MELLÁR, 2016).

Esta interdependência entre a UE-Rússia, pode causar tensões entre as partes em casos de conflitos internacionais ou regionais (como a Crise da Ucrânia), apesar do Tratado de Lisboa tentar criar soluções para este problema, a União Europeia não é firme na sua posição como um todo porque existem ainda parcerias bilaterais que Estados-Membros europeus estabelecem com a Rússia, com o objetivo de manter a importação dos recursos energéticos da Rússia, de forma a contornar as tensões entre as partes, face à inexistência de uma política energética comum no seio da UE, que vem fragilizando cada vez mais a própria instituição. Podemos usar como exemplo o caso da Alemanha, em que mais de dois terços das importações alemãs à Federação Russa são recursos energéticos e quase um terço do consumo energético alemão de petróleo e gás natural é proveniente da Federação Russa (DAEHNHARDT, 2014). Por isso, face à inexistência de uma política energética comum, a Alemanha e a Federação Russa assinaram, em 2005, o Projeto *Nord Stream*, que prevê a construção de um gasoduto que ligue a Rússia à Alemanha, através do Mar Báltico, contornando os países bálticos e a Polónia (DAEHNHARDT, 2014).



Ilustração 3 - Nord Stream – Ligação Alemanha-Rússia.

Fonte:URL: <https://globalsecurityreview.com/nord-stream-2-pipeline-threatens-european-energy-security/>

Estes acordos bilaterais minam a autoridade da União Europeia, fazendo com que a Federação Russa aja de acordo com as políticas que lhe forem mais convenientes aos seus interesses pois têm países membros da União Europeia reféns da sua energia.

De seguida analisaremos os maiores pontos de tensão entre a Rússia e a União Europeia.

3.1 Alargamento da União Europeia e Revoluções no Leste Europeu

Após a Guerra Fria, houve uma aproximação nas relações entre a Rússia e a União Europeia, ao mesmo tempo em que a Federação Russa aparentava seguir em direção à democratização e à economia de mercado (MILHAZES, 2016). Em contraste com esta situação, tanto a UE como a NATO expandiam a sua influência. Em relação à UE, tem se vindo a expandir com a adesão da República Checa, Estónia, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Eslovénia e Eslováquia em 2004; Bulgária e Roménia em 2007 e da Croácia em 2013. Relativamente à NATO, expandiu-se com a adesão da República Checa, Hungria e Polónia em 1999; Bulgária, Estónia Lituânia, Letónia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia em 2004 e a Albânia e a Croácia em 2009. Ambas as instituições ocidentais expandiam as suas esferas de influência para as antigas Repúblicas Soviéticas, entrando assim numa zona que estava sobre a influência da Rússia, e aproximando-se cada vez mais das suas fronteiras. Os “alargamentos” da UE e da NATO no espaço pós-soviético tornaram-se cada vez mais

ameaçadores à influência que a Rússia detinha naquele mesmo espaço (ALMEIDA, 2008), uma vez que estes alargamentos implicavam uma aceitação dos valores ocidentais.

O período de aproximação ao ocidente, assim como, a transição política e económica da Rússia foram necessidades temporárias devido à implosão da URSS. Na viragem do milénio, em 2000, a eleição de Vladimir Putin veio alterar o curso político que a Rússia seguia, esta eleição marcou a transição para a autocracia, como mencionado no tópico anterior, como democracia soberana.

O primeiro grande momento de tensão foi o muito expressivo alargamento da União Europeia de 2004, dos 10 novos Estados-membros, 8 eram PECO dos quais se destacam a leste, antigas Repúblicas da URSS e também a antigos membros do Pacto de Varsóvia. Este alargamento da União Europeia teve um impacto negativo imediato na Rússia, a começar pela dificuldade das exportações russas para estes países e no impacto que teve na liberdade de circulação dos cidadãos russos, que agora passavam a precisar de vistos nestes países (ALMEIDA, 2008).

O segundo momento de tensão foram as chamadas “Revoluções Coloridas”, revoluções pró-democráticas e pró-ocidentais que aconteceram em vários países de leste derrubando vários governos “pró-russos” como na Geórgia em 2003, Ucrânia em 2004 e na Moldávia em 2009 (MILHAZES, 2016).

Destas revoluções, a revolução na Ucrânia em 2004, foi a que teve maior impacto para a Rússia, visto que esta revolução poderia ter terminado com a Ucrânia a tornar-se um país membro da União Europeia, e reforçar a sua independência face à Rússia (ALMEIDA, 2008).

De todos os países de leste, a Ucrânia é o mais importante para a Federação Russa, visto que está fortemente ligada, historicamente, à Rússia sendo até considerada por muitos russos, e alguns ucranianos, como sendo um território russo, sendo esse o mesmo motivo pelo qual os russos recusam-se a perder influência e poder sobre este país (MILHAZES, 2016). Para além dos eventos históricos, a Ucrânia representa para a Rússia um Estado-Tampão, sendo então, considerado vital para a segurança (FERNANDES, 2014).

De forma a prevenir a ocidentalização da Ucrânia, Moscovo não hesita em utilizar a energia como arma política, reduzindo drasticamente o fornecimento de gás natural à Ucrânia, o que também afetou os Estados-membros da União Europeia (MILHAZES, 2016). Podemos verificar, assim, que a Rússia jamais se recusará a aceitar pacificamente uma “ocidentalização” da Ucrânia e uma integração desta em organizações ocidentais como a

NATO e a UE, utilizando todos os meios económicos, políticos ou militares à sua disposição.

O terceiro grande momento de tensão ocorreu em 2008, a Guerra da Geórgia, num conflito que ficou conhecido pela “Guerra dos Cinco Dias”, num conflito defrontado entre a Rússia e os separatistas da Abcásia e da Ossétia do Sul contra a Geórgia, sob a crença de defender os interesses e autonomia da Ossétia do Sul e da Abcásia (KULIKE, 2014). Esta guerra foi o culminar de uma rutura de relações entre a União Europeia e a Rússia que já se vinha a prever desde 2004. Esta guerra permitiu à Rússia se assumir no sistema internacional e enviou claras mensagens; i) há uma esfera de influência russa no espaço pós-soviético, onde Moscovo usa todos os meios para garantir os seus interesses, de uma forma unilateral; ii) A Rússia não teme usar a força militar, mesmo que isso signifique hostilizar o Ocidente; iii) a Rússia reserva o direito de recorrer ao uso da força militar para defender e prosseguir interesses políticos (ALMEIDA, 2008).

A Rússia segue uma política enquadrada na visão de Clausewitz, “A Guerra é a continuação da política por outros meios”, que choca com a visão da União Europeia, que se rege pelo Princípio de Kant, da paz perpétua, “as repúblicas democráticas não recorrem à força militar para resolver os seus conflitos”.

Esta guerra para além de romper as relações Rússia-UE, também marca o fim do respeito da Rússia pelas regras regionais existentes e o início do unilateralismo da Federação Russa (ALMEIDA, 2008). Para além disso, ficou provado que a Rússia não é uma democracia liberal nem partilha os valores da UE, assumindo-se como uma democracia autoritária, defensora de uma cultura nacionalista e expansionista que surgiu quando a Rússia percebeu que a expansão do Ocidente iria resultar numa perda de influência, optando assim por seguir a via anti-ocidental, com o objetivo de recuperar o seu estatuto de grande potência (ALMEIDA, 2008).

3.2 Desafios à segurança europeia

Os desafios à segurança evidenciados pelo fim da Guerra Fria levaram a União Europeia a desenvolver uma dimensão de política externa, para evitar que eventuais desestabilizações nos países pós-comunistas afetassem a Europa comunitária. Neste sentido, foi institucionalizada a Política Externa de Segurança Comum (PESC) em 1993, que lhe permitiu afirmar-se como ator internacional. Este papel seria reforçado pela

operacionalização da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), pela Política de Alargamento e pela Política Europeia de Vizinhança (PEV). Juntas permitem à UE agir no plano externo, por forma a garantir a sua segurança e exportar o modelo neoliberal que a rege internamente (DIEZ; ALBERT, 2008).

A expansão europeia para leste, como visto em tópicos anteriores, levou à emergência de novos desafios à segurança nas fronteiras (DELCOUR, 2007).

Nesta nova realidade, a vizinhança europeia passa a ser composta por países sem perspectiva de adesão, levando a Comissão a prever que este alargamento poderia causar tensões internas e externas e comprometer a sua cooperação (ROSSI,2004). Para dar resposta a esta situação, a Comunicação da Comissão Wider Europe – Neighbourhood: A Framework for relations with the Eastern and Southern Neighbours, em 2003, com o aprovação do Conselho Europeu, criou a Política de Vizinhança Europeia (PEV). De acordo com esta política, afim de aprofundar a interdependência política e económica com a sua vizinhança, compromete-se a recorrer a uma série de incentivos, como a abertura dos mercados ou uma cooperação reforçada em matérias securitárias, entre outros.

Em contrapartida, estes países deviam efetuar as reformas políticas e económicas necessárias ao aprofundamento da interdependência com a UE. Esta política surgiu como alternativa à política de Alargamento, mas também na continuidade das abordagens e mecanismos que enquadram as relações da UE com a sua vizinhança.

O Processo de Barcelona estabelecido em 1995, que contou com a participação da UE e dos países do Mediterrâneo, e o Processo de Estabilização e Associação criado em 1999 para os países Bálticos exemplificam estes mecanismos de relação com a vizinhança. Em ambos os casos ficou previsto o desenvolvimento de instituições capazes de assegurar a sua estabilidade política e crescimento económico. Desta forma, a União Europeia contribui para garantir a segurança nas suas fronteiras, ao mesmo tempo que se projeta como a guardiã da paz europeia, uma ‘força para o bem’ disposta a auxiliar a sua periferia (ANDREEV,2008). Herdeira deste entendimento, a PEV torna-se o instrumento privilegiado da relação da UE com os países nas suas fronteiras. O objetivo é garantir a segurança na vizinhança europeia, através do desenvolvimento de uma rede de relações privilegiadas (ROSSI,2004). Esta rede pretende, para além de, assegurar a existência de uma zona de estabilidade política e económica, também exporta o seu modelo económico para a sua vizinhança, uma vez que estes países são persuadidos a adotar os seus princípios (GRAVIER,2002).

Em suma, a PEV pode ser interpretada como uma abordagem da segurança europeia, uma política que visa dar resposta às ameaças que possam surgir na sua periferia e, desta forma, garantir a sobrevivência do centro ao mesmo tempo que reforça a sua posição como ator internacional (ÁGH, 2010).

Através deste processo, a vizinhança europeia pode beneficiar de um enquadramento relacional baseado em compromissos mútuos, valores partilhados, diálogo político alargado, integração económica e no desenvolvimento de cooperação regional (FREIRE, 2008). O intuito é aumentar a sua dependência económica e política face à UE e estimular reformas domésticas que garantam a segurança e estabilidade regional.

Na prática, a vizinhança aceita uma relação desigual, estabelecida na condição da interiorização dos princípios europeus (BOEDELTEJE, 2011). Esta estratégia pode ser entendida como uma estratégia neocolonial, através da qual a UE impõe a sua visão do mundo num exercício de dominação que surge como condição para a sua segurança (DIMITROVOVA, 2010). Nesta estratégia, a União Europeia usa uma série de mecanismos como a condicionalidade, benefícios materiais e um arranjo institucional favorável à socialização dos atores (BENGTSSON, 2008). Estes princípios e mecanismos são definidos unilateralmente pela UE, refletindo os seus entendimentos e privilegiando os seus interesses.

As relações assimétricas na vizinhança europeia são uma importante fonte do poder europeu, permitindo-lhe normalizar a existência nas suas fronteiras de acordo com os seus interesses. Para manter o seu poder de atratividade, a União Europeia oferece benefícios financeiros e económicos (DIMITROVA, 2010). No entanto, uma vez que a adesão deixa de ser uma possibilidade, a UE tem menos capacidade de influenciar a sua vizinhança, aliada a mecanismos de condicionalidade pouco eficazes, à dificuldade de coordenação de instrumentos de ação e a uma socialização assente em princípios vagos, esta realidade faz com que a PEV tenha resultados muito menos satisfatórios do que aqueles alcançados no âmbito do Alargamento (BEHR, 2007).

A UE tem ao seu dispor Planos de Ação, documentos políticos que enquadram os compromissos existentes entre a mesma e os seus parceiros e estabelecem as metas a ser cumpridas que são específicas e direcionadas para a realidade específica de cada Estado vizinho (FREIRE, 2008).

A PEV prevê que a UE desempenha o seu dever de se proteger a si e à sua vizinhança quando, na realidade, esta atuação é pautada por motivações racionalistas e securitárias (BOEDELTEJE, 2011).

Em conjunto com a complexidade inerente desta política (relacionada com a gestão, a coerência e os benefícios oferecidos), esta realidade tem contribuído para uma percepção negativa da PEV. Daqui resulta uma capacidade de atuação diminuída que se tem traduzido em resultados negativos, sugerindo a necessidade de uma avaliação crítica e reformulação por forma a atingir com maior sucesso os objetivos a que se propõe (ANDREEV,2008). Da mesma forma, comprova que, apesar de a UE poder desempenhar um papel neocolonizador na sua periferia, este processo é mutuamente constituído e só pode ser bem sucedido quando percecionado como benéfico para os países com que a UE se relaciona. Quando tal não sucede, a capacidade de influência externa da UE fica comprometida e a sua credibilidade seriamente afetadas.

Esta política não levou em conta a Rússia, ou seja, subestimou o que a mesma poderia fazer para minar os planos da UE. A Rússia nunca viu a União Europeia como um ator unitário.

Os estados-membros da UE continuam a elaborar acordos bilaterais com a Rússia, os quais são prejudiciais ao desenvolvimento de uma abordagem estratégica unificada em relação a Moscovo. A Rússia possui relações bilaterais energéticas com vários estados-membros da UE, especialmente a Alemanha, note-se que foi mencionado anteriormente a construção do “*Nord Stream*” entre os dois países, mas também França, Itália.

Durante o período de grandes expectativas em torno do Tratado de Lisboa, houve sinais de que Moscovo ficou alerta ao potencial da UE como ator internacional, mas a incapacidade da União de capitalizar com o potencial de Lisboa levou as relações com a Rússia de volta à “norma” bilateral (FISCHER,2012).

A nível geoestratégico, tanto a UE quanto a Rússia sabem que a geografia condenou-as a desenvolver algum tipo de relacionamento de desconfiança mútua. O “espaço comum”, que se encontra no coração deste relacionamento no momento, é o objeto de discórdia entre a UE e Rússia, devido ao facto de a União Europeia tentar expandir-se e, desta forma, englobar na sua esfera de influência países de leste.

Após a Guerra da Geórgia, a União Europeia anunciou o plano para uma Parceria Oriental (EP, *Eastern Partnership*), tinha como objetivo estabelecer um relacionamento de proximidade com todos os países localizados geograficamente entre a UE e a Rússia.

A reação de Vladimir Putin ao lançamento da Parceria Oriental foi lançar, em 2011, o próprio projeto para a criação de uma União Económica Euroasiática (UEE), que foi apresentado como fonte alternativa de integração para a maioria daqueles mesmos países.

Na realidade, Putin propôs até mesmo que os países vizinhos da Rússia, como a Finlândia, a Bulgária e também a República Tcheca e a Hungria, pudessem vir a ser membros da União Euroasiática (DRAGNEVA e WOLCZUK, 2012). Isso foi um desafio direto à UE, já que a associação com a união alfandegária russa seria, provavelmente, incompatível com a associação da Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundada (ZCLAA) que a Comissão Europeia pressionava junto dos países envolvidos na EP: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia.

Em vez de rivalizar com a Rússia nas questões de atratividade para a adesão destes países, a União Europeia defendeu que os países parceiros simplesmente teriam que escolher. Em oposição, Putin fez pressão máxima sobre os seis estados pós-soviéticos, teve êxito em persuadir a Arménia a optar pela União Económica Eurasiática e em convencer o presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovych, para deixar de lado o compromisso de juntar-se à ZCLAA feito em uma reunião de cúpula na Lituânia em novembro de 2013. Seguiram-se a isso os protestos em Kiev, a intervenção de três ministros de relações exteriores da UE, a fuga do Presidente Yanukovych e a crise da primavera e do verão de 2014, que levou à anexação da Crimeia pela Rússia e a uma guerra civil na Ucrânia. (LEHNE, 2014)

Esta situação levanta a questão, até que ponto o processo de ampliação da UE, em geral, e a Parceria Oriental, em particular, podem ser considerados responsáveis pela conjuntura na Ucrânia?

Neil MacFarlane e Anand Menon afirmam que a Parceria Oriental:

“foi um exemplo clássico da proclividade da UE ao responder aos acontecimentos adicionando rebites de longo prazo e grande força retórica, mas pobre em recursos à política existente [...] o acordo oferecido pela UE foi lamentavelmente inadequado em termos das determinantes de curto prazo oferecidas: assinar a ZCLAA prometia sofrimento imediato para a Ucrânia em troca de crescimento económico de longo prazo” (MACFARLANE; MENON, 2014, p.156)

Antes da eclosão da crise, em 2014, a população ucraniana estava quase que equitativamente dividida na escolha entre a preferência pela ZCLAA e pela UEE. Desde a anexação da Crimeia pela Rússia, o apoio à UE caiu para aproximadamente 25% mas o que

os ucranianos pró-UE realmente desejam, não é um acordo de livre comércio, mas sim tornarem-se membros da União Europeia.

Sem recuar, a União Europeia finalmente assinou Acordos de Associação, em 2014, inclusive uma ZCLAA, com a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia (BOONSTRA,2014).

Embora no despoletar da Guerra da Geórgia a ideia de oferecer à Geórgia e à Ucrânia o ingresso na OTAN tenha sido arquivada, foi mencionado, na reunião de cúpula da OTAN no País de Gales, em setembro de 2014, que a OTAN ainda mantém tal promessa para quando surgir o momento oportuno. No entanto, o Ocidente sabe bastante bem que esta é uma importante “linha vermelha” para a Rússia (ZAGORSKI,2012)

A União Europeia acredita, que do ponto de vista da Rússia, a Aliança Atlântica seja o problema, até porque Putin já o mencionou diversas vezes, e que se a NATO não se estivesse alargado até às fronteiras da Rússia, Putin assumiria uma postura mais moderada e as negociações entre a União Europeia e Moscovo seriam mais fáceis de realizar, alcançando assim, relações económicas e comerciais com o grande mercado do leste euro-asiático.

Segundo João Marques de Almeida, é um erro perigoso pensar assim. Segundo o mesmo, a União Europeia constitui, para o regime de Moscovo, uma ameaça tão grande ou mesmo maior do que a Aliança Atlântica, basta recordar que o conflito na Ucrânia começou por causa do acordo económico e comercial entre a União Europeia e Kiev e nada teve a ver com a NATO (MARQUES DE ALMEIDA, 2015).

Desta forma, Putin está a usar o alargamento da NATO para criar divisões entre os europeus e os norte-americanos. Mas o desenvolvimento económico da Ucrânia, com a ajuda europeia, seria a maior ameaça para o poder do Kremlin.

A estratégia do Kremlin passa por destabilizar o interior da União Europeia, ajudando as forças políticas nacionalistas e antieuropeias. Desde o Syriza e o seu parceiro de coligação, ao UKIP e à Frente Nacional, dos Le Pen. (MARQUES DE ALMEIDA, 2015).

Na política externa, a Rússia destabiliza a União Europeia, quer através da diplomacia económica e do gás, quer pelas ameaças à segurança dos vizinhos europeus da Rússia, como as repúblicas Bálticas.

Nos últimos anos a Rússia tem posto a União Europeia à prova, a fraca resposta europeia na guerra da Geórgia, em 2008, levou à ousadia da invasão da Ucrânia em 2014.

Há pouca dúvida de que Putin está mais preocupado com o alastramento de valores ocidentais dentro da Rússia do que está com a OTAN. Quanto mais os políticos europeus e os média expressam apoio a ativistas presos e liberais, como Khodorkovsky, mais estes

indivíduos são considerados suspeitos por grande espectro da opinião pública russa. (MARQUES DE ALMEIDA, 2015) O importante aqui é o Ocidente não homogeneizar a Rússia, de modo a reconhecer a existência daquilo que a geógrafa política Natalia Zubarevich chamou de “Quatro Rússias” e a concentrar sua comunicação com muita sutileza na “Rússia Nº 1: a terra das cidades pós-industriais”, onde os valores ocidentais são levados incrivelmente a sério por uma classe média crescente e ativa. (MARQUES DE ALMEIDA, 2015).

O relacionamento com a Rússia, é justificadamente o mais importante da União Europeia. Sem uma abordagem estratégica da UE, os russos continuarão a envolver os estados-membros da UE e estes Estados serão os principais perdedores, independentemente de quanto cada um deles possa considerar que beneficiará em vantagem estratégica, um sobre o outro, por meio de acordos bilaterais com Moscovo. De seguida iremos analisar a o conflito ucraniano.

IV – O conflito na Ucrânia: do posicionamento geopolítico às principais causas.

4.1 – Posição geopolítica da Ucrânia

A Ucrânia sempre foi um país muito cobiçado, tanto pela Rússia como pelo Ocidente, mesmo antes do lançamento da Parceria Oriental. A Europa e os Estados-Unidos já pretendia estender a sua influência a este país através da NATO, para além do interesse demonstrado pelo Ocidente, a Ucrânia fora um dos primeiros países de Leste a assinar um Acordo de Parceria e Cooperação, demonstrando assim interesse numa possível integração na União Europeia.(Joint Press Statement -EU-Ukraine Summit, 2006)

O presidente da Ucrânia, Leonid Kuchma, entre 1994-2004, fez da integração europeia uma prioridade, que se refletiu através dos seus discursos pró-europeus que tinham como objetivo uma política da integração da Ucrânia na UE (KOROSTELEVA, 2012).

Relativamente ao acordo de Parceria e Cooperação, assinado em 1994, não era mencionado no mesmo a possibilidade de adesão às Comunidades Europeias. No entanto, apesar de ter sido assinado em 1994 e não mencionar a possibilidade de adesão, só entraria em vigor em 1998, isto pode ter a ver com as relações UE-Rússia. Desta forma, embora a

UE apreciase a vontade de associação da Ucrânia, ao mesmo tempo, receava as possíveis implicações que esta decisão poderia acarretar para as relações com a Rússia.

A entrada em vigor deste acordo, permitiu a realização de Cimeiras anuais entre a UE e Ucrânia e colaboração em diferentes áreas como nos transportes, assistências técnicas, apoio às reformas e negociações para a adesão da Ucrânia à Organização Mundial do Comércio e colaboração na área de segurança. (Ukraine-EU Summit Joint Statement, 2011)

Outro momento da aproximação do país às instituições europeias, deu-se durante os anos de 2006 e 2009, devido aos cortes de gás da Rússia à Ucrânia. Estas ações da Rússia motivaram uma maior cooperação energética, que levaria a assinatura do Memorando de Entendimento e da adesão da Ucrânia à Comunidade da Energia Europeia, com o principal objetivo de aproximar este país ao mercado de energia europeu, inclusive através da aproximação da legislação (POPESCU e GNEDINA, 2012).

Além disso, foi assinada uma declaração conjunta que apresentava orientações para a reconstrução e modernização da indústria de gás da Ucrânia, tendo por base os conceitos de transparência, concorrência leal, segurança de abastecimento e um clima de investimento atrativo em conformidade com as diretivas da EU (European Commission, 2009).

Apesar da cooperação entre a UE e Ucrânia ter aumentado consideravelmente, os compromissos permaneciam, na sua maior parte, declarativos e carregados de mensagens que indicavam que até uma possível adesão ainda existiriam muitas reformas a serem feitas (KOROSTELEVA, 2012).

Devido à Revolução Laranja, em 2004, a ambiguidade na evolução e cooperação política entre a Ucrânia e a UE aumentou. No entanto, a União Europeia permaneceu cautelosa em relação ao seu envolvimento nestes eventos políticos e decidiu enviar o então Alto Representante Javier Solana para mediar as negociações entre a Ucrânia e a Rússia (com o objetivo de conseguir uma segunda ronda de eleições), apenas quando o resultado da revolução parecia favorecer a fração democrática (JOHANSSON-NOGUES, 2007).

No mesmo ano, o povo ucraniano tiveram de escolher entre Viktor Yushchenko, considerado pró-Europeu, e Viktor Yanukovich, considerado pró-Russo. O candidato pró-europeu, Viktor Yanukovich, acabaria por vencer as eleições.

Após a tomada de posse Viktor Yanukovich, o Plano de Ação que tinha já sido acordado no mandato de Kuchma, sofreu alterações após a revolução ucraniana e, apesar de existir uma grande cooperação, na área do comércio, apoio financeiro e liberalização de vistos, os resultados ficaram aquém dos objetivos.

A assistência financeira acabaria por sofrer grandes atrasos devido a incoerências institucionais entre o Conselho e a Comissão, a União Europeia acabaria por impor algumas restrições a produtos agrícolas e têxteis oriundos da Ucrânia e a liberalização desses produtos demoraria vários anos a acontecer. (JOHANSSON-NOGUES, 2007).

Apesar dos esforços da Ucrânia no desenvolvimento da estratégia “*Wider Europe*” e na participação do lançamento da Parceria Oriental, os objetivos previstos na PEV ficavam, mais uma vez, aquém do esperado pelo país, não apenas dos objetivos perseguidos por Kuchma, mas também das novas elites políticas que se formaram após a revolução de 2004 (KOROSTELEVA, 2012).

Esta frustração relativamente aos objetivos e à possível adesão do país à UE, levou a que, entre 2002 e 2008, a taxa de apoio da população ucraniana à entrada do país nas instituições europeias caísse de 65% para 40 % (POPESCU e GNEDINA, 2012. p6).

4.1. 1- O Acordo de associação UE-Ucrânia

Em 2010, Viktor Yanukovych, que tinha sido Primeiro-ministro durante a presidência de Kuchma, 2002 a 2004, assumiu o cargo da presidência da Ucrânia e foi responsável por alterar leis constitucionais que viriam a conceder mais poderes executivos ao presidente, assim como, um maior controlo do parlamento. Por esta altura, a política externa da Ucrânia, seguiu uma via mais realista, que tinha como objetivo assegurar a economia e segurança nacional.

Durante a sua presidência, a ambiguidade nos objetivos das relações UE-Ucrânia iria continuar. Este governo viria a apoiar o objetivo de se juntar à UE a nível legislativo, por outro lado, viria a promulgar uma lei que abdicava do objetivo de se tornar membro da NATO.

Por esta altura, houve também críticas, por parte de Yanukovych, aos objetivos da Parceria Oriental e a forma como esta foi implementada. Considerou que os esforços e reformas nacionais desempenhadas pela Ucrânia eram resultados diretos da implementação e transposição das políticas da União Europeia. O presidente ucraniano, chegaria mesmo a privilegiar a relação com a Rússia, invés da relação com a UE (KOROSTELEVA, 2012).

Em 2001, o relatório de progresso, menciona que a implementação das reformas necessárias para a conclusão de um Acordo de Associação ainda se mantinham aquém das expectativas da União Europeia (European Commission, 2011).

Relativamente à cooperação energética, a Ucrânia continuou com os objetivos da declaração conjunta assinada em 2009, nomeadamente em 2010 quando o parlamento ucraniano adotou uma lei com vista a eliminar o monopólio de gás natural (Law of Ukraine “On the Principles of the Natural Gas Market Functioning”, 2010).

Entre 2011 e 2012, as relações entre a União Europeia e Ucrânia deterioraram-se. A União Europeia foi firme nas suas críticas à prisão da então líder da oposição, Yulia Tymoshenko. Em 2011, realizou-se a cimeira UE-Ucrânia, onde continuaram as críticas à detenção da ex-presidente Ucraniana, mas apesar disso, as negociações do Acordo de Associação foram produtivas.

A Cimeira UE-Ucrânia de 2012 acabaria por ser adiada devido a motivos técnicos e ao facto de, aparentemente, a UE aguardar a formação do novo parlamento ucraniano (Kyiv Post, 2012). No mesmo ano, na Cimeira de Ialta, o encontro de Chefes de Estado dos países integrados na Parceria Oriental e Estados-Membros da UE, seria também cancelado, após diversos representantes se terem recusado a participar, nomeadamente como protesto à prisão de Yulia Tymoshenko. Por sua vez, os líderes europeus, nomeadamente da Áustria, Países-Baixos e Espanha, bem como representantes da Comissão Europeia, incentivaram o boicote aos jogos do Euro-2012 que teriam lugar na Ucrânia (Deutsche Welle, 2012). No entanto, na Cimeira de 2013, que teria lugar em Fevereiro em Bruxelas, reiterou-se os compromissos da Ucrânia à UE, nomeadamente, o facto de este país não fazer tensões de vir a integrar a União Euroasiática, a menos que esta integração se desse no formato 3+1, este formato, asseguraria a sua integração económica mas não constituiria uma adesão formal à organização, possibilitando à Ucrânia assinar o Acordo de Associação com a UE.

A política externa da Ucrânia é, ao longo dos últimos anos, caracterizadas por; i) uma política anti-bloco; ii) vontade de integração europeia; iii) necessidade de manutenção de boas relações de vizinhança com a Rússia. Para resumir, a Ucrânia não quer criar tensões, mantendo-se deste modo neutra na relação com a EU e Rússia, segue assim uma via de ambiguidade nas relações entre as duas potências em constantes tensões. O seu objectivo principal seria, tornar-se uma zona de cooperação e sem conflitos, geograficamente localizada entre a Rússia e a UE.

4.1.2 A crise política na Ucrânia

A 21 de Novembro de 2013, foram suspensos os preparativos para a assinatura do Acordo de Associação, por parte do governo Ucrâniano, que tinha sido rubricado em 2012. Os motivos apresentados para esta ação foram, interesses de segurança nacional e a necessidade de estabelecer as relações comerciais com a Federação Russa e os países da União Euroasiática (Statement by EU High Representative Catherine Ashton on Ukraine, 2013).

O recuo por parte do governo Ucrâniano nesta questão, deu origem a grandes protestos na Ucrânia. Nesta época de crise, tanto a Rússia, como os EUA e a UE apresentaram pacotes de ajuda financeira à Ucrânia, acabando este país por aceitar o pacote da UE e dos EUA (BARROSO, 2014). A 21 de Fevereiro, numa tentativa de sair da crise política que se vivia na Ucrânia, o então Presidente Yanukovich e a oposição chegariam a um acordo, mediado pela União Europeia (FULE, 2014).

Mais tarde, o Parlamento Ucrâniano votaria numa lei que reinstituíu a Constituição de 2004 e levou o cargo do Presidente a perder alguns dos poderes que lhe tinham sido instituídos após as eleições de 2010.

No dia 22 de Fevereiro de 2014, Viktor Yanukovich abandonou o país, e o seu paradeiro manteve-se desconhecido ao longo de vários dias. Entretanto, Yulia Tymoshenko, foi libertada da prisão. A oposição assume o controlo político, sobre o Presidente Interino Turchynov e o Primeiro Ministro interino Yatseniuk. Turchynov emite um mandato para a prisão de Yanukovich, tendo-se entretanto tornado claro que o ex-presidente se teria refugiado na Rússia.

No dia 25 de fevereiro, e enquanto a Rússia se recusa a reconhecer o novo governo da Ucrânia, manifestantes pró-russos tomam uma posição na Crimeia e, nos últimos dias de fevereiro, o Presidente russo, Vladimir Putin, anuncia exercícios militares perto da fronteira com a Ucrânia. As forças russas acabariam por ajudar os separatistas a tomar o poder na Crimeia, enquanto os deputados regionais anunciavam o controverso referendo que levaria a península a juntar-se oficialmente à Rússia e conduziria à imposição de sanções económicas, bem como a proibição de vistos, a indivíduos considerados responsáveis pela crise política por parte dos EUA e da UE²⁰.

²⁰ Foreign Affairs Council Meeting Press Release, Council of the European Union, February 2014, Brussels

Atualmente, a União Europeia e os EUA continuam a não reconhecer o resultado do referendo que teve lugar a 16 de Março de 2014, bem como a assinatura do tratado de anexação da península da Crimeia à Rússia, que teve lugar dois dias mais tarde.

Esta anexação conduziu a um conflito intraestados, também intitulado de guerra civil. Segundo Branco (2017), estes conflitos surgem quando existe uma incompatibilidade relativamente ao território ou ao governo, e a premissa que categoriza um conflito como guerra civil é quando o uso da força por ambas as partes envolvidas, sendo que uma delas é o governo do Estado, resulta na morte de pelo menos 25 pessoas em combate, num determinado ano. Existe a possibilidade de um conflito intraestado passar a conflito internacional, caso haja o envolvimento de outros Estados.

Neste momento a Ucrânia passa por um conflito de guerra civil e está dividida em duas regiões, a região pró-Russa e a região-Pró-Europeia. (Ilustração 4)



Ilustração 4 - Divisão da Ucrânia.

Fonte: <http://www.planobrazil.com/wp-content/uploads/2014/03/822716.jpg>

A crise política da Ucrânia e a anexação da Crimeia veio testar a coerência institucional da UE. Ao longo da crise, os meios de comunicação social acusariam muitas vezes os líderes da UE e dos Estados-Membros de falta de ação ou ação demorada. No entanto, a crise levaria também a uma aceleração do desenvolvimento de medidas de resposta internas: Quando a Comissão Europeia apresentou o seu pacote de apoio à Ucrânia, este foi aprovado pelo Conselho Europeu no dia seguinte (BARROSO, 2014).

No dia 21 de Março, a União Europeia e a Ucrânia assinaram as disposições políticas do Acordo de Associação (European Council, 2014). O processo de negociação que se tinha

iniciado em 2011 terminaria a 27 de Junho com a assinatura das restantes disposições do acordo²¹. Na sequência destes acontecimentos, a Rússia foi suspensa dos G8 e a Cimeira de Sochi cancelada.

No dia 1 de Abril de 2014, a reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO decidiu também suspender todas as cooperações com a Rússia. Durante todo o mês de Abril de 2014, fontes oficiais da NATO apontam para a existência de atividade militar russa na fronteira da Ucrânia. Depois de manifestações nas cidades orientais de Donetsk, Luhansk e Kharkiv, e de sucessivos pedidos de referendos de independência, o governo ucraniano aprova um plano para dar mais poder às regiões, que ficaria, no entanto, aquém da federalização de grande escala favorecido por Moscovo. Com o escalar da violência, as Forças Armadas da Ucrânia decidem intervir no leste do país com uma operação que resultaria num número elevado de baixas ao longo dos meses seguintes.

A Rússia ameaçou suspender as exportação de gás para a Ucrânia, caso a mesma não pagasse a dívida que já detinha, no entanto, a Rússia muda o seu discurso e apela a que as regiões do leste da Ucrânia não aprovem referendos de independência. No dia 11 de Maio, ignorando o apelo da Rússia, as zonas do leste da Ucrânia procederam com os referendos e declararam a sua independência²².

No dia 25 de Maio, o candidato pró-europeu, Petro Poroshenko, vence as eleições presidenciais na Ucrânia. Após se conhecer os resultados das eleições, Putin diz-se aberto ao diálogo com o novo governo mas pede o fim da ofensiva contra as regiões separatistas e os rebeldes pró-russos, em troca, promete retirar as tropas Russas da fronteira Ucraniana. No entanto, a situação não mudou, as ofensivas das forças Ucranianas contra os separatistas não cessaram nem a Rússia fez recuar as suas tropas da fronteira²³.

Após a queda do voo da Malaysian Airlines MH17 no território do leste da Ucrânia, alegadamente abatido por rebeldes pró-russos, o governo ucraniano reforça as iniciativas antiterroristas na região. Ao mesmo tempo, a União Europeia e os Estados Unidos impõem restrições à importação de vários produtos oriundos da Rússia. A imposição das sanções económicas era discutida há vários meses, acabando por ser oficialmente implementada a 29 de Julho de 2014.

²¹ Remarks by President Barroso at the signing of the Association Agreement with Georgia, the Republic of Moldova and Ukraine, Signing Ceremony, European Commission, June 2014, Brussels

²² Ukrainian Crisis: Timeline, British Broadcasting Company, 13.11.2014 consultado em Abril de 2017.

Disponível na internet: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-26248275>

²³ Ukrainian Crisis, Op. Cit

Esta crise política sublinha a relevância geopolítica da Ucrânia e a luta por uma esfera de influência. A Ucrânia, que se encontra na periferia da Rússia e da UE, funcionando como uma zona tampão (BROWNING, 2008) entre as duas potências, assume agora um papel fundamental para ambos. E, caso a integração na UE prossiga, esta terá grandes consequências para Moscovo. O não-aceitar desta integração poderá levar à contínua imposição de sanções por parte do Ocidente, nomeadamente, a UE e os EUA.

Num cenário pessimista, poderíamos chamar a este conflito a nova guerra fria, tendo em conta o facto de um parceiro da UE combater o seu inimigo em terra. A guerra moderna trava-se através das sanções, visto que consequências de uma guerra tradicional são não apenas devastadoras, iria contrariar todo o conceito e identidade criada pela UE desde o fim da II Guerra Mundial, através do liberalismo europeu. Neste momento, a União Europeia encontra-se numa luta pelo seu limite fronteiriço, onde acaba e começa o seu domínio, o que dependerá do desenvolvimento dos conflitos, dos sucessivos referendos e, por fim, do reconhecimento do limite onde termina a sua esfera de influência.

4.2 Análise do conflito na Crimeia

É importante separar a crise na Ucrânia da anexação da Crimeia. A anexação da Crimeia surgiu após a queda do governo ucraniano. A Rússia aproveitou a instabilidade política do país para anexar a península. Em uma análise inicial, o conflito na Crimeia, é um conflito interno entre o governo de Kiev e o Governo da Republica Autónoma da Crimeia, com o apoio externo da Rússia à Crimeia.

Estes dois governos embora estejam dentro do mesmo país têm poderes legislativos diferentes, o poder soberano pertence ao governo de Kiev, mais especificamente ao presidente da Ucrânia, eleito por sufrágio universal em todo o território ucraniano. E o governo da república autónoma da Crimeia não pode tomar decisões sem o aval do governo de Kiev.²⁴ Embora o governo regional da Crimeia não tenha total autonomia já dispunha de

²⁴ As leis, decisões do parlamento e do gabinete, decretos presidenciais e decisões do parlamento da República Autónoma da Crimeia podem ser anuladas pelo Tribunal Constitucional da Ucrânia em caso de violação da constituição do país. Outros atos normativos estão sujeitos a apreciação judicial. O Supremo Tribunal da Ucrânia é o principal órgão judicial da Justiça comum. (Direção Geral de Administração Interna, 2010) Disponível na internet <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=404&mid=002&sid=010&ssid=002>

alguma margem de manobra, como por exemplo, a sua própria constituição, mesmo ainda sendo dependente do governo de Kiev.(GÉRARD, 2014)

Para além destes dois governos ainda temos de ter em consideração a cidade de Sebastopol, que apesar de pertencer à região de um governo regional, ainda detêm outro estatuto. (GÉRARD, 2014)

Numa primeira instância, se considerarmos que se trata de um conflito interno então as partes em conflito seriam a República Autónoma da Crimeia versus o governo da Ucrânia, sendo que o primeiro exigia a independência.

Esta análise não pode ser tão simplificada, de forma a resolver este conflito é necessário encontrar os líderes e neste caso são, do lado Ucrâniano o presidente pró-europeu Petro Poroshenko, e do outro lado, o Presidente russo Vladimir Putin.

Esta conclusão é plausível se assumirmos que a Crimeia só obteve independência (mesmo que não seja aprovada pelos países ocidentais) por ter o apoio russo, o governo regional da Crimeia é um órgão que apenas veio legalizar a ação da invasão russa, através de um referendo.

Podemos categorizar o governo da Crimeia, como um subgrupo deste conflito, liderado por Sergei Aksyonov, que é apoiado e financiado pela Rússia.

Por isso qualquer acordo têm de ser mediado pelos líderes dos dois países porque se a Rússia retirasse o apoio militar ao governo da Crimeia o conflito, pelo menos armado, terminaria. Para existir um acordo que acabe com este conflito, é necessário saber quais são os assuntos em conflito para se dar início a negociações.

4.3 A quem pertence a Crimeia?

Neste conflito existe um território (Crimeia) que quer a independência do país a qual pertence (Ucrânia). Tal é uma evidência, mas é mais que isto, para além da parte territorial, também existe a falta de entendimento quanto à política, às questões de etnias e interesses financeiros. A falta de entendimento quanto à política é o maior entrave quando à solução deste conflito.

Ainda não se sabe qual é afinal a anexação da Crimeia, o governo regional da Crimeia e a Rússia não reconhecem autoridade no governo de Kiev porque defende que a queda do ex-presidente ucraniano pró-russo foi um golpe de estado e o governo de Kiev não reconhece o referendo na Crimeia, no qual foi votado a anexação desta Península à Rússia, afirmando

que não é legítimo. Os manifestantes pró-russos que defendem a anexação à Rússia, não se sentem ucranianos, é uma questão de identidade.

Embora a Crimeia tenha sido anexada à Ucrânia em 1957, a Ucrânia fazia parte da União Soviética e nada fazia prever o seu desmantelamento, logo as gerações mais antigas sentem-se Russos e defendem essa posição. Mas é necessário também pensarmos nas gerações mais novas que já nasceram ucranianos, e que estudaram na Ucrânia e que provavelmente já estavam mais integrados que os seus pais e que provavelmente não detêm este ódio contra a Ucrânia nem este amor cego à união com Rússia. É uma questão bastante complexa e o referendo na Crimeia não garante total transparência e confiança de que os resultados obtidos não foram adulterados ou forçados porque as opções dadas no referendo não mencionava a manutenção da Crimeia como território Ucrâniano.

A primeira pergunta questiona directamente o desejo dos eleitores sobre a integração da Crimeia no território russo: “É a favor da reunificação da Crimeia com a Rússia como parte da Federação Russa?”.

A segunda questão é sobre o regresso à Constituição de 1992 e a manutenção da Crimeia como parte da Ucrânia. No entanto, apesar de permanecer integrada no território ucraniano, a Constituição de 1992 confere autonomia aos órgãos regionais para escolherem o seu rumo de integração, ou seja, permite que a região seja anexada pela Rússia (RIBEIRO.J, 2016)

Juntando a este sentimento do povo da Crimeia, junta-se o sentimento russo, que defende que a Crimeia foi e será Russa. Segundo Putin, "Crimeia" sempre foi e será" parte da Rússia” (SALVADOR. S, 2016)

A eliminação do Russo como língua cooficial na Ucrânia, por parte do governo de Kiev, quando subiu ao poder, veio agravar ainda mais a situação, a língua é parte cultural e identitária de um povo.

A Rússia escolheu um excelente momento para se movimentar na Crimeia, aproveitou uma altura em que um novo governo Ucrâniano estava em formação e não tinha os seus poderes consolidados, podemos notar que esta anexação foi feita sem um único disparo que provocasse a morte, por parte das tropas russas na Crimeia.

Por último, os interesses económicos são o fator comum nos dois lados, ambos estão a sofrer consequências económicas que exigem uma solução rápida, podendo ser este o ponto de partida para uma solução duradoura para a paz.

A Ucrânia estava a passar por uma grande crise económica, antes de surgirem os conflitos na Crimeia, já o ex-Presidente Ucrâniano procurava uma solução económica.

Houve por uns tempos uma aproximação a Europa, tendo depois optado pelo apoio russo quando a a 21 de Novembro de 2013, foram suspensos os preparativos para a assinatura do Acordo de Associação, por parte do governo Ucrainiano, que tinha sido rubricado em 2012.

Neste momento, perder parte do território é uma catástrofe económica para o país. Nessa região está situada um importante porto naval, que também era utilizado pelas exportações ucranianas e que agora está apenas sob o domínio russo.

A situação na Crimeia também não ficou mais estável após a anexação à Rússia, um ano após a anexação da Crimeia pela Rússia, a antiga península ucraniana vive uma grave crise económica e minorias são alvo de perseguição (SANDRO.F, 2015) apesar desta crise, após um ano, o povo defendia que estão melhores anexados à Rússia do que quando faziam parte da Ucrânia, isto indica que os valores nacionalistas e identitários desta população em relação à Rússia são muito fortes.

Em relação à economia russa, a sua situação também não é favorável, as sanções económicas aplicadas, ao mesmo tempo, pela União Europeia e os Estados Unidos, impõem restrições à importação de vários produtos oriundos da Rússia. A imposição das sanções económicas era discutida há vários meses, acabando por ser oficialmente implementada a 29 de Julho de 2014. Esta situação de conflito na Ucrânia têm de ser resolvida para dar estabilidade económica à região.

Após análise destas partes é necessário apurar se já houve tentativas de entendimento ou acordo para por fim a esta situação de conflito.

4.4 Acordos de paz

A primeira tentativa de elaborar um acordo que satisfaça as exigências da Ucrânia, Rússia e os rebeldes pró-russos, foi assinado em 19 de Setembro de 2014, e ficou conhecido como acordo de Minsk (PIERACCINI, 2014). Este acordo não foi suficiente para estabelecer a paz na região, visto que as partes envolvidas não chegaram a um entendimento.

Após este primeiro acordo falhar foi necessário haver um segundo acordo, com treze novas medidas (consultar medidas em URL rodapé)²⁵ que vieram reforçar o primeiro acordo, de forma a se tentar chegar a um cessar-fogo total. Esse acordo ficou conhecido

²⁵ Medidas do acordo de Minsk. Consultado em Agosto de 2016. Disponível na internet: <http://redecastorphoto.blogspot.pt/2015/02/ucrania-acordo-de-minsk-texto-integral.html>

como Minsk II²⁶ e foi negociado entre a Ucrânia e a Rússia, tendo a França e Alemanha como mediadores, em 12 de Fevereiro de 2015. Este acordo também não veio pôr fim ao conflito, visto que não houve uma trégua efetiva, o presidente ucraniano acusa a Rússia e os separatistas pró-russos de não cumprirem o que prometeram

Em abril de 2015, os ministros do exterior da Alemanha, França, Rússia e Ucrânia defenderam o acordo de Minsk II como sendo a única solução para manter a paz ²⁷. Este apelo feito pelos representantes dos quatro países não surtiu efeito e o conflito continua.

Sendo que a questão principal é: Quem fornece armas aos separatistas pró-russos?

Os aliados dos separatistas pró-russos são a Rússia, logo quem poderia ter mais interesse em fornecer armas é a Rússia. Podemos estar perante um jogo duplo da Rússia em que formalmente apela a paz mas continua a incitar o conflito através do fornecimento de armamento, em 2014, os serviços de inteligência da NATO registaram comboios carregados de material militar Russo que foi enviado para o leste da Ucrânia (BENDER.J, 2014).

Os conflitos no leste da Ucrânia continuam mas a situação na Crimeia está estável, podemos então assumir que a principal preocupação no momento é resolver a situação no leste da Ucrânia deixando assim a questão da Crimeia para segundo plano, por haver uma situação de “paz” nessa região atualmente.

O único país que está a beneficiar com a situação internacional na Crimeia é a Rússia que pode continuar a dominar esse território sem o foco de atenção das entidades internacionais.

Schäuble, ministro das finanças Alemão, já tinha alertado para esta situação na Crimeia. Ele compara os argumentos que Putin usou para invadir a Crimeia aos que Hitler usou na invasão da Checoslováquia.

Entretanto a Europa continua com a sua política de sanções à Rússia e os russos respondem a esta sanção com outro prolongamento do embargo de importações dos países ocidentais.

Os EUA face a esta decisão, decidiram enviar artilharia para as fronteiras da Rússia (RIBEIRO, 2015) Moscovo classifica este ato como, "o passo mais agressivo de Washington e da NATO desde o fim da Guerra Fria e promete resposta (RIBEIRO, 2015). Não havendo um entendimento previsto pelas partes envolvidas, é necessário estudar o conflito na

²⁶ Ucrânia: Acordo de Minsk (texto integral) de 11/2/2015. Disponível na internet:

<http://redecastorphoto.blogspot.pt/2015/02/ucrania-acordo-de-minsk-texto-integral.html>

²⁷ Deutsche Welle. Ministros do Exterior defendem acordo de Minsk.Consultdo em Setembro de 2016.

Disponível na internet <http://www.dw.com/pt/ministros-do-externio-defendem-acordo-de-minsk/a-18379809>

Crimeia, de forma a apurar possíveis interesses não manifestos neste conflito, analisando todas as partes envolvidas, e os fatores globais, regionais e estatuais.

4.5 Situação atual da Crimeia

A Crimeia encontra-se anexada à Rússia desde 2014, mesmo que o ocidente não reconheça esta ação, ela é legítima para os russos, e sobretudo para a esmagadora maioria dos habitantes da Crimeia. Um ano após a anexação, um estudo da alemã GfK, citado pelo colunista Leonid Bershidsky, da BloombergView, demonstra que 82% dos residentes na Crimeia estão de acordo com a anexação pela Rússia, enquanto 11% demonstram apoiar parcialmente a integração a Moscovo e somente 4% está contra. (SANTIAGO, 2015)

Desde a anexação, mais de 2,3 milhões de habitantes da Crimeia vivem uma nova realidade, os transportes públicos entre a Crimeia e a Ucrânia foram cancelados e devido às sanções ocidentais grandes empresas como a McDonald's deixaram de operar na região. Para além disso o turismo quase que desapareceu, visto que os voos internacionais foram proibidos para a região e as empresas, Visa e Mastercard, também não operam mais lá, o que obriga a pagar tudo em dinheiro (SANTIAGO, 2015)

Face ao isolamento da península, à exceção da Rússia, Putin prometeu construir uma ponte que ligasse a Crimeia à Rússia através do estreito de Kerch, à entrada do Mar de Azov. Segundo o mesmo, a construção da ponte é como uma missão histórica e recordou que este é um projeto com mais de 100 anos saído da mente do czar Nicolau II, mas frustrado na altura pelo rebentar da I Guerra Mundial. Esta ponte será mais um símbolo da nossa união com a Crimeia e Sebastopol, e do nosso potencial (MARQUES, 2016).

No dia 23 de Novembro de 2015, deu-se um ataque por parte de ativistas, o que provocou um corte elétrico na região e demonstrou que a Crimeia até então ainda era muito dependente da Ucrânia e que apesar de se considerar pró-russa têm fações que contestam esta anexação à Rússia (MARQUES , 2016).

A citação acima comprova dois factos bastante interessantes neste cenário. A primeira é que a Crimeia, nesta data, depende energeticamente da Ucrânia, visto que antes da anexação a o gás que abastecia a península era providenciada pelos gasodutos que passam pelo território Ucrainiano, embora a Ucrânia também dependa energeticamente da Rússia, visto que os gasodutos que abastecem a Ucrânia têm origem na Rússia, e o segundo é que as autoridades russas decretaram o estado de emergência na península, a 22 de Novembro de

2015, o que comprova que o poder legislativo e jurídico pertence à Rússia (CABRAL, 2015).

Como agravante a esta interdependência, as relações entre os dois territórios não são amigáveis. Qualquer ação que os ucranianos decidam ter, ou que os russos decidam ter contra os ucranianos irá ter impacto na Crimeia.

Com estas explosões, mencionadas anteriormente, provou-se que o conflito interno continua, de acordo com o índice mundial da paz, o indicador de conflito interno está no máximo (Institute for Economics and Peace, 2017).

Os autores das explosões reivindicam o fim das relações económicas com a Crimeia, em resposta, o Governo da Ucrânia demonstrou que apoiava este grupo e decretou uma limitação na troca de bens (CABRAL, 2015).

Esta estratégia de reduzir a troca de bens entre a Ucrânia e a República Autónoma da Crimeia, pode resultar num maior apoio pró-Ucrânia na região. Esta escassez de troca de bens poderá afetar a vida do povo na Crimeia, podendo causar revoltas contra o regime em vigor na península.

O facto dos tártaros na Crimeia, que representam cerca de 12% da população (Institute for Economics and Peace, 2017). não apoiarem esta anexação pode vir a resultar num conflito interno na região que irá retirar poder aos russos, da mesma forma que houve conflitos internos na Ucrânia, principalmente no leste e sul que retiraram poder ao governo de Kiev.

Atualmente, a União Europeia e Estados Unidos continuam a condenar esta anexação e pressionam com sanções desde 2014, até à data a Rússia não recuou e a Crimeia continua anexada.

4.6 Interesses estratégicos internacionais do conflito

O cenário atual torna possível um conflito internacional²⁸, que teve início na Ucrânia e já está a ter repercussões globais por parte dos diversos intervenientes envolvidos, nomeadamente, Ucrânia, Rússia, União Europeia e Estados- Unidos.

²⁸ BBC- Eleição de Trump pode ter esquentado a guerra na Ucrânia?. Consultado em Agosto 2017. Disponível na internet: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38857034>

Procedamos então a uma aferição dos interesses estratégicos das diferentes partes e o que têm a ganhar e a perder com o conflito ucraniano. Para relacionarmos a Europa, Estados Unidos e Rússia temos de começar pelo império soviético, seguindo até a atualidade.

O maior interesse da Europa sempre foi a expansão e o alargamento das suas fronteiras, criando assim uma maior área económica de moeda única que envolva o maior número possível de países. (MIELNICZ, 2014) Ora quando se expandiu para leste entrou em território ex-soviéticos, o que vai de encontro diretamente contra a política Russa, que embora já não faça parte da URSS não quer ter as suas fronteiras expostas e sempre pretendeu se manter rodeado de países com a linha de pensamento de Moscovo que não se convertessem às políticas ocidentais. Esta direção política segue desde os tempos da guerra fria que terminou sem se apurar como ficou delineado os interesses ocidentais e soviéticos (PRAZERES, 2014).

Desde a independência da Ucrânia que sempre houve conflitos, mesmo que não tão violentos, em relação à Crimeia devido à sua posição geoestratégica, mas sempre souberam lidar com as diferentes situações e contrabalançar as influências internacionais. (MIELNICZ, 2014) . Agora vejamos que o principal interesse da Rússia na Crimeia é a base militar de Sebastopol, não esquecendo a história na região e que esse argumento tenha ajudado na invasão desta Península.²⁹

Analisando deste prisma, o conflito passa a ser entre duas grandes potências que querem dominar e ter controlo sobre uma certa área.

Toda esta tensão mantêm-se porque embora ambas as partes meçam forças não seria do interesse para nenhuma delas um conflito internacional aberto, sendo que o objetivo global dos Estados Unidos é o aposto da Rússia, tentando através de sanções e discursos, que Putin voltasse atrás na sua decisão, o que não aconteceu até ao momento.

Primeiro, as sanções impostas à Rússia tinham como objetivo fazer recuar Putin visto que a nível militar a Europa não se pode equiparar e a diplomacia é a sua maior arma, esta estratégia não deu resultado e os russos em resposta a estas medidas pararam com a importação de produtos europeus prejudicando assim as duas economias.

Relativamente ao atual presidente russo, o que interessa saber é quais são as suas origens de forma a entender os seus objetivos. Para tal temos de recuar à época da União Soviética.

²⁹ Deutsche Welle. "Porto de Sebastopol é imprescindível para a Rússia", diz analista . Consultado em Novembro de 2018. Disponível na internet: <http://www.dw.com/pt/porto-de-sebastopol-%C3%A9-imprescind%C3%ADvel-para-a-r%C3%BAssia-diz-analista/a-17500256>

Em 1975, Putin iniciou a sua carreira nos serviços secretos russos (KGB) começou como um oficial da inteligência e terminou a sua colaboração com o KGB em 1990, acabando as suas funções no cargo de tenente-coronel.³⁰

Com o passar do tempo foi escalando na cadeia política chegando a ser eleito presidente da Rússia duas vezes. Conhecendo a sua origem e a sua escalada política podemos apurar que é um homem que viveu na glória do império soviético e o viu acabar, e que tem planos de grandeza e expansão para a Rússia.

Isto pode ser provado devido à criação da União Euroasiática, cujos membros fundadores são, a Rússia, o Cazaquistão e a Bielorrússia. Esta união foi a resposta da Rússia ao imperialismo e continuo crescimento da Europa para os países de leste.³¹

Embora esta resposta da Rússia seja dirigida para a Europa, a Rússia não quer cortar laços com a União Europeia e vice-versa por causa do sector energético, sendo este o sector mais relevante para ambos. Neste momento a Europa ainda está bastante dependente dos russos³² e claro que a Rússia também não quer suspender o fornecimento energético à União Europeia porque isso representaria um corte grande nas suas exportações.³³

Em suma, a Rússia quer a Crimeia para ter acesso ao mediterrâneo através da base militar de Sebastopol e os Estados Unidos têm como interesse impedir que a Rússia expanda a sua influência e poder. A Europa tenta travar Putin com sanções mas também depende da Rússia para receber gás natural e petróleo.

A pressão Europa-Russa é bilateral, ambas as economias sofrem danos e a Europa não quer agravar a situação enquanto não houver um acordo entre todas as partes, essa é umas das razões da Alemanha e França terem sido mediadores nos acordos de Minsk com o objetivo de promover o cessar-fogo.

Atualmente, o ocidente não reconhece a legitimidade do governo da Crimeia e a sua anexação à Rússia, assim como a Rússia não reconhece o governo de Kiev, dizendo que se tratou de um golpe de estado (MIELNICZUK, 2014).

³⁰ Vladimir Putin Biography . Consultado em Dezembro de 2016. Disponível na internet em: <http://www.biography.com/people/vladimir-putin-9448807#early-political-career>

³¹ Observador. Putin responde à Europa com União Económica da Eurásia. 2014. Consultado em Dezembro de 2016. Disponível na internet: <http://observador.pt/2014/05/30/putin-uniao-economica-eurasia/>

³² BBC. A Europa conseguiria viver sem o gás russo?. 2014. Consultado em Fevereiro 2017. Disponível na internet: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140328_alternativas_europa_gas_rb

³³BBC, Op. Cit

Assim sendo, se analisarmos as duas partes imparcialmente, ambas se contrariam porque impõem as duas os seus interesses nacionais e os interesses da Ucrânia enquanto país ficam para segundo plano.

Sendo importante após esta análise de interesses globais, proceder a uma análise regional para apurar quais os interesses dos subgrupos regionais diretamente em conflito. Se os interesses de quem combate forem satisfeitos pode haver um cessar-fogo, embora possa não terminar com as tensões entre os atores internacionais pelo menos será determinante para poupar vidas humanas.

4.7 Modelo de desenvolvimento da crise ucraniana

É interessante fazer esta análise através do modelo de desenvolvimento das crises, adotado pelo Instituto de Defesa Nacional, pois permite-nos realizar uma apresentação gráfica e simples da evolução do conflito na Crimeia e permite-nos ao longo do texto seguir as diferentes etapas.



Ilustração 5 - Modelo de Desenvolvimento de Crises

Fonte: IDN, Freire Nogueira, 2006

Desde o fim da guerra fria que sempre houve um clima de conflito brando entre a Ucrânia e a Rússia, com o fim da União Soviética a Rússia perdeu o controlo que tinha e a sua influência nos seus países “satélites”.

Mais recentemente, graças à expansão europeia para os países de Leste, esta tensão agravou-se porque embora a Ucrânia tenha deixado de ser um país pertencente ao eixo soviético faz fronteira com a Rússia, ou seja, caso a Ucrânia entrasse na União Europeia e,

consequentemente, pudesse entrar na NATO, então a Rússia ficava com a sua fronteira desprotegida.

Neste conflito, o catalisador geral, deu-se quando o ex-primeiro ministro ucraniano Viktor Yanukovitch, iniciou negociações com a União Europeia com o objetivo de uma possível aproximação da Ucrânia. As negociações não foram favoráveis para uma possível adesão e a Ucrânia manteve-se próximo do eixo Russo, esta decisão dividiu o país.

De um lado havia manifestantes que acusavam o ex-primeiro ministro Viktor Yanukovitch de corrupção e de não ouvir a vontade do povo e que queriam a aproximação à Europa, do outro lado, uma parte da população queria-se manter aliada da Rússia e não pretendia nenhuma aproximação à Europa.

O catalisador específico que despoletou o conflito e, consequentemente, a anexação da Crimeia foi o *impeachment* que retirou o ex-primeiro ministro Viktor Yanukovitch do poder, devido ao facto, de este não defender a aproximação a União Europeia.

Após o afastamento do anterior governo, a oposição no parlamento toma o poder e o seu líder, atual primeiro-ministro da Ucrânia, Petro Poroshenko toma uma posição de aproximação à União Europeia. Face a esta clara preferência política pela Europa invés da Rússia, e antes de existir tempo de o novo governo se organizar, aparecem tropas não identificadas na península da Crimeia que acabam por controlar o lugar. Neste cenário acusou-se a Rússia de ser a mandatária das tropas, mas como estas não possuíam divisas não foi possível provar que eram tropas Russas.

Para todos os efeitos, este acontecimento foi o desafio lançado ao novo governo da Ucrânia que não demonstrou resistência e não foi capaz de expulsar as tropas invasoras.

Neste momento, a Ucrânia encontrava-se dividida, uma parte apoiava da população apoiava os movimentos reformistas que queriam uma aproximação ao Ocidente e Europa, e outra parte, apoiava uma reunião com a Rússia.

Com o apoio da maior parte da população da Crimeia, cuja origem maioritária é russa, Vladimir Putin realizou um referendo na Rússia que lhe permitiu enviar tropas para território que até então ainda era ucraniano.

Com as tropas russas no terreno, com o argumento de defenderem as pessoas de origem russa que habitavam na Crimeia, foi realizado um referendo, votado somente na região da Crimeia onde se decidia pela anexação da península à Rússia. Este referendo foi favorável para a Rússia que viu o seu território aumentar devido a esta anexação.

Existiu por isso claros conflitos de interesses, entre o governo Ucrainiano e o governo Russo, face a esta divisão nacional e à anexação da Crimeia, a radicalização do conflito aumentou exponencialmente. Outras regiões ucranianas, a leste do país, que fazem fronteira com a Rússia também queriam ser anexadas à Rússia, inspiradas no exemplo da Crimeia, foram então criados grupos paramilitares que atuavam à margem da lei, criando assim um cenário de guerra civil.

Por esta altura, já tinha sido ultrapassado o patamar da crise e a Ucrânia encontrava-se em clara confrontação de interesses com a Rússia.

Atualmente, a situação mantém-se estagnada, existem confrontos ocasionais nas regiões a leste da Ucrânia e a Crimeia continua anexada à Rússia, apesar de toda a pressão internacional que condenou o ato russo.

Existem portanto dois cenários possíveis, uma escalada do conflito para uma guerra aberta entre a Ucrânia e a Rússia, com possíveis intervenientes internacionais, ou um apaziguar da crise e uma tentativa de resolução da crise e compromisso entre os dois países.

Se os dois países não tentarem negociar e juntos tentaram impor a paz, então as regiões continuarão fragmentadas e existirá sempre rebelião por parte dos apoiantes pró-russos que não aceitam este governo nem as suas políticas.

É necessário existir cedências por parte dos dois países, a Crimeia que era o objetivo principal da Rússia, de momento, não voltará a pertencer à Ucrânia sem um acordo que favoreça a Rússia.

Existe uma grande parte da população que é de origem russa e que apoia esta anexação e sem o apoio do povo, a Ucrânia nunca conseguirá impor a sua ordem. Sendo assim, era importante cessar os confrontos nos territórios das regiões de leste que fazem fronteira com a Rússia.

Caso não se iniciem as negociações, não se pode esperar que sem fazer nada o conflito termine por si só, podendo existir algum catalisador surpresa que faça o conflito escalar a um nível internacional, caso a Ucrânia e a Rússia declarassem guerra aberta poderiam existir outras partes envolvidas, neste cenário estaríamos perante uma crise internacional que seria bastante mais complicada de resolver, com a iminência de perda de muitas vidas humanas.

V. Reflexões conclusivas:

5.1. Apontamentos para (re)desenhar a segurança na Europa

Os eventos na Ucrânia proporcionaram uma oportunidade não só para falar sobre a violação estrita das normas internacionais estabelecidas após a Guerra Fria, mas também sobre os riscos em termos de segurança europeia. O atual conflito na Ucrânia constitui uma importante crise estratégica no centro da Europa, uma das mais sérias no período pós-guerra Fria. Após um período caracterizado pela promoção de esforços no sentido da aproximação entre a Rússia e o Ocidente, no quadro de um sistema de cooperação internacional, a anexação da Crimeia, veio provocar uma situação de tensão ao longo da linha de demarcação entre a Rússia e a União Europeia. Desta forma, a crise que cerca a União Europeia tem condições para continuar e para transformar os equilíbrios regionais. A elaboração de uma nova estratégia da UE para a política externa e de segurança deve ter em conta esta realidade (GASPAR, 2018).

A ocupação e a anexação da Crimeia por parte Rússia e a desestabilização no leste da Ucrânia marcaram uma mudança na estrutura da geopolítica europeia. Neste contexto, posições divergentes no Ocidente foram reveladas não apenas em relação a como responder a processos, mas também que efeitos terão em termos de segurança europeia.

A Rússia procura gradualmente transformar o espaço pós-soviético em um "arco de instabilidade" - um arco de conflitos e instabilidade congelados que vão do seu último alvo (Ucrânia) até o norte e o sul e representam uma ameaça constante para a estabilidade e segurança da Europa. A Europa e a Rússia diferem em valores culturais e políticos e a Rússia têm procurado impor as suas próprias regras e, portanto, reconstruir os arranjos de segurança estabelecidos desde a Guerra Fria.

A arquitetura de segurança europeia de hoje depende de três pilares:

- Em primeiro, a OTAN como uma plataforma de defesa militar coletiva, que ao mesmo tempo retém o papel dos EUA na Europa.

- Em segundo, a União Europeia como estrutura, que garante a estabilidade política e económica

- Em terceiro, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que deve desempenhar o papel de um fórum político e de segurança (LASHERAS, 2015).

No entanto, em princípio, essa estrutura levou ao confronto com a Rússia, que após a queda da União Soviética se sente fora dos assuntos europeus, embora o seu papel na vida política e económica da Europa permaneça particularmente proeminente.

A Rússia enviou mais que um sinal demonstrando sua ambição de mudar a ordem existente: os exemplos mais proeminentes foram a invasão da Geórgia em 2008 e o atual conflito na Ucrânia. Moscovo não aceita o sistema internacional atual em que o tamanho e o poder de um estado não são os fatores decisivos na política mundial. O Kremlin entende que a política de segurança europeia atual como um instrumento para a disseminação de ideias ocidentais e democracia liberal (TECHAU, 2014)

Portanto, o principal objetivo de Moscovo é fazer com que o Ocidente reconheça o espaço pós-soviético como a sua esfera de influência e pretende que a Europa lhe garanta o direito de "veto" informal na resolução de questões domésticas, e particularmente políticas externas, dos países da região.

Olhando para a retórica do Kremlin e suas políticas conduzidas na vizinhança imediata, é possível observar as suas ambições nos últimos anos para tentar o restabelecimento da "Grande Rússia", com base nas ações realizadas na Crimeia, podemos especular que ferramenta moderna da política externa russa é uma imitação de o direito de autodeterminação das nações ou territoriais referendos, que foram planeadas em todas as regiões do sudeste da Ucrânia, de Odessa a Donbas.

Pode-se argumentar que a posição da União Europeia e os seus membros contribuíram para esse cenário de eventos na Ucrânia. Aos países da Parceria Oriental, em particular à Ucrânia, foram concedidas expectativas de integração europeia o que não é compatível com os interesses russos. Uma vez que a Rússia se começou a opor à assinatura da possível Associação e o Acordo de Livre Comércio e ficou claro que as relações UE-Rússia no espaço geopolítico pós-soviético estavam complicadas, os principais países da UE assumiram uma posição moderada, o que permitiu à Rússia tomar medidas mais drásticas (SPECK, 2014).

A resposta passiva, eclética e atrasada da UE aos acontecimentos na Ucrânia e a agressão russa permitem prever que, enquanto os Estados-Membros da UE não concordarem com uma prescrição para o relacionamento com a Rússia, ou pelo menos nas "linhas vermelhas", Moscovo vai procurar expandir a sua esfera de influência.

A anexação da Crimeia e a desestabilização na Ucrânia Oriental não só prejudicaram os princípios estabelecidos de inviolabilidade territorial e autodeterminação de estados

soberanos, mas também obrigou a repensar a situação de segurança nos países da Europa Central e Oriental. No contexto da evolução na Ucrânia, a Rússia demonstrou que não pode necessariamente usar o seu poder militar de forma convencional (hoje é provável que apenas o use como uma ferramenta de pressão) e para desestabilizar os países vizinhos com a ajuda de uma grande campanha de informação de propaganda através dos "rebeldes", que não estão diretamente ligados à Rússia e a interferência da mesma sob o pretexto de "a necessidade de defender os direitos dos seus concidadãos".

O caso de Crimeia demonstrou que usando operações militares rápidas e diplomacia ousada, a Rússia pode surpreender o Ocidente, enquanto a lenta resposta do Ocidente, em princípio, também permite que a Rússia recupere gradualmente o direito desejado de pressão em sua alegada esfera de interesses (LUCAS e MITCHELL, 2014).

Existem falhas na segurança europeia devido à divisão que existe entre as esferas de segurança internas e externas, sendo que no sistema internacional atual, essa divisão não é aplicável, quer seja à segurança dos Estados, das regiões ou do próprio sistema internacional. (GASPAR e PINTO, 2018)

Atualmente, a arquitetura institucional e política da União Europeia faz a divisão entre a Justiça e Assuntos Internos da Política Externa da Segurança e Defesa. A União Europeia poderia melhorar a sua segurança se articulasse estas duas dimensões, interna e externa, de forma a que seja possível promover um dos objetivos do projeto da UE, a concretização de um espaço de liberdade, segurança e justiça para todos os seus cidadãos, e de acordo com a, Agenda Europeia para a Segurança (2015), a implementação deste objetivo têm sido condicionado pela estrutura institucional de divisão de competências e capacidades no quadro da UE, bem como pelas tradições de organização e processo de decisão política interna dos Estados-membros. (GASPAR e PINTO, 2018)

O Tratado da União Europeia, aprovado em Lisboa em 2007 e em vigor desde dezembro de 2009, veio introduzir algumas alterações com impacto em matéria de política externa, de segurança e defesa europeia.

Em primeiro, o reconhecimento de personalidade jurídica à União Europeia, que permite a assinatura de Tratados e Acordos Internacionais em nome próprio, e não através da Comissão Europeia. Em segundo, foi criado o cargo de Presidente do Conselho Europeu cuja função, entre outras, é a representação externa da União nas matérias do âmbito da política externa e de segurança comum, em concertação sobre a Nova “Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança” com o Alto Representante da União

para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Em terceiro, foi criado o cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança que assume, simultaneamente, as funções de Vice-Presidente da Comissão e responsável pela coordenação das relações e ação externas da União (GASPAR e PINTO, 2018). O objetivo desta combinação de competências era a promoção de uma maior coerência entre as dimensões comunitárias e intergovernamentais do processo de decisão e ação da União Europeia.

Para além das alterações mencionadas anteriormente, ainda foi criado um Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), que serviu de apoio ao Alto Representante da UE, ao Presidente do Conselho e ao Parlamento Europeu, nas áreas de política e ação externa.

Desta forma, o SEAE, assume um papel fundamental na definição e implementação da política externa e de segurança da União Europeia. Por último, ainda foram criados mecanismos que facilitam o processo de decisão, nomeadamente, o alargamento da votação por maioria qualificada, à exceção das decisões que contenham implicações militares.

No que consta, à Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), o Tratado de Lisboa introduz duas inovações essenciais, por um lado, no decurso das alterações institucionais acima descritas, potencia uma facilitação das relações e coordenação de ação entre o Conselho e a Comissão, fundamental em áreas tão relevantes como a prevenção e gestão de crises; por outro lado, o Tratado de Lisboa introduziu duas importantes cláusulas em matéria de segurança e defesa, a cláusula de solidariedade (válida em caso de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, bem como em caso de atentados terroristas) e a cláusula de defesa mútua, esta última ativada pela França na sequência dos atentados terroristas de novembro de 2015 (GASPAR e PINTO, 2018).

O Tratado de Lisboa, mencionado anteriormente, introduz ainda dois mecanismos importantes em matéria de segurança e defesa; i) o mecanismo de “cooperação reforçada” (criação de grupos de Estados que queiram aprofundar a sua cooperação numa dada matéria) e, ii) o mecanismo de “Cooperação Estruturada Permanente” (cooperação mais estreita e mais estável entre os Estados-membros que o desejem e tenham capacidade para realizar maiores esforços no domínio das capacidades militares, incluindo a criação de forças armadas europeias).

Apesar da expectativa propiciada pelas alterações e potencial de implementação promovidas pelo Tratado de Lisboa, o impacto em matéria de política e ação externa, e em particular na segurança e defesa, foi limitado. Para além da secundarização das decisões em

matéria de política externa, em resultado da prioridade atribuída à recuperação da zona económica e monetária europeia, persistem os problemas de coordenação entre as diversas dimensões de política e ação externa da União (comercial, económica, alargamento e vizinhança, cooperação e desenvolvimento, auxílio humanitário e gestão de crises, infraestruturas e transportes, energia, investigação e desenvolvimento), bem como entre as competências dispersas entre as diversas instituições e agências que compõem a arquitetura institucional da UE (GASPAR e PINTO, 2018).

Em resultado da forma como foram criadas e implementadas as diversas instituições e agências da UE, não só não existe uma coordenação e coerência, como se verifica uma competição entre as diversas áreas funcionais. A isto acrescem as políticas e ações externas dos 28 Estados-membros.

Em dezembro de 2013, no Conselho Europeu de dezembro de 2013, sob o lema *defense matters*, ficou decidido que é necessário dar um novo impulso político à PCSD, no sentido de garantir uma maior capacidade autónoma da UE nesta matéria. Geralmente, é difícil reunir consensos alargados em matéria de Defesa Europeia, mas as responsabilidades da UE neste domínio exigem os necessários entendimentos por parte dos Estados-membros, refletidos num denominador comum que permita consagrar uma estratégia comum. Só com base nesta orientação política, refletida num documento enquadrador, é possível definir um nível de ambição realista para a defesa europeia e, conseqüentemente, uma estrutura de forças adequada.

Os Estados-membros da UE, no seu todo, representam a segunda potência militar, a seguir aos EUA, medida em termos de capacidades e orçamentos de defesa. No entanto, entre 2008 e 2014 os Estados da Europa Ocidental reduziram, aproximadamente 12% dos seus orçamentos de defesa, tendo as verbas atribuídas decrescido de 274 milhões de euros para 240 milhões de euros (GASPAR e PINTO, 2018).

A desmilitarização na União Europeia implica o aumento de instabilidade estratégica na sua vizinhança. A matéria de defesa europeia devia ser uma prioridade política, tendo em conta as expectativas criadas de uma estratégia global e a crescente instabilidade na vizinhança próxima e alargada.

A dimensão de uma defesa, credível, na União Europeia é indispensável para a manutenção e sustentabilidade do projeto de integração, porque os objetivos em que assenta a UE – a promoção de uma zona de paz e estabilidade no continente europeu, baseada no progresso económico e social, na liberalização dos mercados e na livre circulação dos

cidadãos – dependem, em boa medida, da existência de condições de segurança (GASPAR e PINTO, 2018).

A ausência de implementação dos instrumentos consagrados no Tratado de Lisboa levou a uma indefinição da política europeia de defesa, sendo necessário dar um impulso estratégico à PCSD, que só pode ser assegurado através de um debate responsável sobre a defesa europeia e a definição de uma estratégia verdadeiramente comum, da qual possa resultar, simultaneamente, uma maior capacidade autónoma europeia e a consolidação da aliança transatlântica.

É importante que a PCSD disponha de meios que a tornem capaz de intervir autonomamente em qualquer crise. As responsabilidades estratégicas dos aliados europeus e ocidentais incluem não só a resposta aos conflitos e às crises periféricas, como a proteção dos *Global Commons* – o espaço marítimo, o espaço aéreo, o espaço extra-atmosférico e o espaço cibernético – ou a resposta às alterações climáticas e a defesa da estabilidade energética (GASPAR e PINTO, 2018).

Por fim, importa salientar que a definição dos interesses próprios da União Europeia, bem como a promoção de capacidades autónomas da UE, não devem ser encaradas como contrárias à cooperação euro-atlântica, da qual a NATO é reflexo institucional em matéria de segurança e defesa. Ao contrário, um reforço da dimensão de defesa da União, e a garantia de um compromisso credível no quadro da estabilização do continente europeu e da sua vizinhança próxima só pode existir na medida em que contribuir para a complementaridade entre a dimensão europeia e atlântica da comunidade de segurança e defesa ocidental (GASPAR e PINTO, 2018). A NATO e a União Europeia são os dois pilares fundamentais da comunidade de segurança ocidental, cujo fortalecimento reclama que a União Europeia possa assumir as suas responsabilidades enquanto produtor de segurança regional e internacional, sendo necessário não haver fraturas no relacionamento de ambos.

5.2 Relações da União Europeia com a Rússia: Contenção ou Compromisso?

As relações entre a UE e a Rússia são determinadas por interdependência mútua. A UE tem duas alavancas fortes baseadas na interdependência em relação à Rússia: o mercado interno da UE, mercado em que a Rússia está interessada em participar, e a UE como

principal cliente dos recursos energéticos fornecidos pela Rússia, no entanto, essas alavancas não estão a funcionar.

Segundo, Tuomas Forsberg e Antti Seppo, descrevem o relacionamento da UE com a Rússia na última década como “um poder sem influência” (FORSBERG e SEPPO, 2009).

Uma das razões para esta situação são visões concorrentes diferentes para as relações da UE com a Rússia. Os Estados-Membros da UE têm perceções diferentes da Rússia, dos seus interesses e da lógica geopolítica, pelo que sugerem diferentes modelos de políticas anteriores em relação a este estado. Por exemplo, a maioria dos países da Europa Central e Oriental vê a Rússia através do prisma da *"realpolitik"*, onde a Rússia é vista como um estado revisionista em termos de segurança europeia que procura esculpir um equilíbrio de poder favorável. A dissuasão é a única maneira de retardar as suas ambições, portanto, essa abordagem oferece à UE a possibilidade de implementar a "contenção" política em relação à Rússia.

Uma vez que a estratégia de contenção nasceu no contexto do sistema internacional bipolar, não se sabe como iria funcionar num sistema multipolar, particularmente onde os atores, os Estados, são mais fracos e não podem garantir de forma independente a sua segurança (ACHARYA, 1997). A essência da estratégia de contenção é parar e limitar a crescente influência de outro Estado.

Enquanto isso, alguns países da Europa Ocidental (Alemanha, França) estão constantemente à procura de uma política de "coexistência" com a Rússia. Este modelo de relações com a Rússia poderia ser descrito como a estratégia de "compromisso", que é um conceito relativamente novo nas relações internacionais e o seu objetivo é garantir que o poder crescente de um Estado não prejudique a segurança de outro Estado e toda a região. A cooperação ativa entre os Estados oferece oportunidades para influenciar a direção do desenvolvimento do Estado (ACHARYA, 1997).

Os países que defendem essa abordagem para a Rússia, principalmente Alemanha e França, sugerem vincular a Rússia institucionalmente: através do desenvolvimento do diálogo energético UE-Rússia, assinatura e implementação de o novo acordo de parceria UE-Rússia e o reconhecimento dos interesses geopolíticos naturais da Rússia no espaço pós-soviético. Em outras palavras, "contenção" e "compromisso" são dois modelos opostos de política externa e são baseados em conceitos diferentes do "outro" e prescrevem duas estratégias de operação opostas.

Ambas as abordagens oferecem diferentes opções políticas para a UE em relação à Rússia na resolução da situação pós-conflito na Ucrânia e na construção de novas perspectivas de relacionamento com a Rússia.

O modelo de política de "contenção" argumenta que as relações entre a UE e a União Euroasiática não são apenas as da concorrência entre dois blocos comerciais diferentes, mas de uma rivalidade entre diferentes valores, sistemas políticos e económicos (PAUTASSO, 2014). Aos países ex-soviéticos, que estavam localizados entre esses dois espaços integrados, devem poder ter a possibilidade de adesão à UE, porque, de outra forma, a Rússia verá isso como um vácuo geopolítico, que eventualmente tentará preencher. Assim, no caso da Ucrânia, os defensores da política de "contenção" sugerem não só assinar um Acordo de comércio livre reforçado com Kiev, mas também oferecer a este país a possibilidade de adesão à UE. Só seguindo esta opção, nas relações da UE com os países da EP (*Eastern Partnership*), permitiria criar as condições que impedissem a oligarquia nesses países e possibilitava a disseminação dos padrões europeus, limitando assim a influência russa.

Outra questão importante é apurar em que condições seria possível retomar a relação pacífica entre a Rússia e o Ocidente?

De acordo com os defensores da política de contenção, a UE deve criar linhas vermelhas muito claras, relativamente ao levantamento de sanções. Qualquer negociação sobre esse assunto só pode ser retomada, somente, após a retirada da Rússia para as posições pré-conflito.

A Ucrânia e a ocupação da Crimeia deveriam ser as principais linhas vermelhas e de acordo com os representantes desta visão, apenas medidas de dissuasão convincentes poderiam prevenir provocações militares russas na Europa

O modelo de política de "compromisso" procura uma política de "coexistência" com a Rússia (PAUTASSO, 2014). Esta tentativa está inevitavelmente relacionada com o reconhecimento dos interesses russos no espaço pós-soviético. Portanto, os defensores desta política tratam a política de EP não como um instrumento da UE para competir com a União Eurasiana liderada pela Rússia, mas como uma oportunidade para alcançar uma situação de *win-win* na região.

Na prática, os argumentos de que a implementação das normas regulamentares da UE podem causar dano às relações comerciais e de infraestrutura com países terceiros pode significar o envolvimento da Rússia na implementação prática do DCFTA. A Rússia sugeriu

repetidamente a ideia de negociações tripartidas (Rússia, UE e Ucrânia) em relação à aspiração de Kiev de assinar a Associação e os acordos de livre comércio. Na cimeira UE-Rússia, em janeiro de 2014, foi acordado que se realizassem consultas sobre as possíveis consequências económicas dos acordos de comércio livre da EP com a UE para a Rússia.

Os defensores da política de compromisso provavelmente discutirão outra proposta de Putin - a ideia do espaço económico "de Lisboa a Vladivostok". No início da União Aduaneira da Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão, Putin sublinhou que "a adesão à União Euroasiática iria permitir que os seus membros se integrem na Europa mais rapidamente e a partir de uma posição muito mais forte" (ADOMEIT, 2012).

Isso poderia estar relacionado com visão anterior de Putin, publicamente expressa há uma década, sobre "o espaço económico comum de Lisboa para Vladivostok ". Segundo o presidente russo, o *Eurasian Economic Union* é uma oportunidade para países pós-soviéticos de fortalecer seu poder de negociação na construção de um espaço económico comum com a UE. Ou seja, argumentou que, fortalecendo a integração do espaço pós-soviético, os países da região teriam mais argumentos para construir um espaço de livre comércio "de Lisboa para Vladivostok "em conjunto com a UE.

No entanto, para "apaziguar" a Rússia, os defensores da política de compromisso podem propor formar uma área de livre comércio com a União Económica Eurasiática. Essa política poderia ter consequências negativas para a política de EP, cujo um dos pilares é a oportunidade de participar no mercado interno da UE. Se tal acordo de livre comércio entrar em vigor, pode conduzir à situação em que o acesso ao mercado doméstico da UE será alcançado com mais facilidade através de Moscovo do que através de negociações diretas com a UE. Tal situação poderia prejudicar o funcionamento da política de EP, uma vez que Moscovo ganharia a oportunidade de controlar as relações dos países pós-soviéticos com a UE.

Atualmente, a União Europeia têm continuado a lidar com a Rússia através de uma relação de contenção, visto que recentemente foram aprovadas mais sanções.

No dia 14 de Dezembro de 2017, durante a cimeira em Bruxelas, os líderes da União Europeia aprovaram uma extensão, por seis meses, das sanções económicas contra a Rússia devido à sua participação no atual conflito da Ucrânia.³⁴ Estas sanções irão afetar os bancos

³⁴ SicNoticias. UE aprova extensão de sanções económicas à Rússia por mais seis meses. Consultado em Janeiro de 2018. Disponível na internet: <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2017-12-14-UE-aprova-extensao-de-sancoes-economicas-a-Russia-por-mais-seis-meses>

russos, empresas ligadas ao setor da defesa, companhias de petróleo e além disso, proíbem também que os europeus façam investimentos financeiros na Rússia.³⁵ A Federação Russa, em resposta às novas sanções, decretar um embargo sobre os produtos agrícolas europeus.³⁶

Em suma, considerando que o mundo globalizado de hoje nos remete para desafios que no domínio da segurança e defesa são complexos e exigem uma maior capacidade analítica do sistema internacional assim como dos seus principais atores, a presente investigação assume-se com um contributo para a reflexão sobre a crispação entre o ocidente e a Rússia, que tem vindo a dar mostra de acontecimentos que colocam a comunidade internacional apreensiva, nomeadamente como é o caso do conflito ucraniano.

Foram diversas as dificuldades sentidas durante o desenvolvimento desta dissertação, nomeadamente no decurso da pesquisa bibliográfica, com vista à escolha criteriosa da informação recolhida. Paralelamente, esta apresenta uma limitação evidente que é o facto de se estudar um conflito ativo, as perspetivas futuras são incertas relativamente à resolução do mesmo, e deixa em aberto a possibilidade de estudo sobre o risco de um conflito internacional baseado na situação não resolvida da Ucrânia. Qualquer trabalho deve ser considerado como o contributo para a análise do objeto de estudo definido para o efeito, e longe de ser considerado como um trabalho acabado, a complexidade e volatilidade do tema determina que continuem a ser desenvolvidas novas investigações, no domínio das relações internacionais como o desiderato de que se contribua para uma maior inteligibilidade do sistema internacional.

³⁵ S SicNoticias. UE aprova extensão de sanções económicas à Rússia por mais seis meses. Consultado em Janeiro de 2018. Disponível na internet: <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2017-12-14-UE-aprova-extensao-de-sancoes-economicas-a-Russia-por-mais-seis-meses>

³⁶ SicNoticias. UE aprova extensão de sanções económicas à Rússia por mais seis meses. Consultado em Janeiro de 2018. Disponível na internet: <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2017-12-14-UE-aprova-extensao-de-sancoes-economicas-a-Russia-por-mais-seis-meses>

Referências Bibliográficas

- ACHARYA, Amitav Acharya. (1997). Containment, Engagement, or Counter Dominance? Malaysia's Response to the Rise of Chinese Power", P.14-15. Consultado em Outubro de 2017. Disponível em: <http://www.amitavacharya.com/sites/default/files/Containment,%20Engagement,%20or%20Counter-Dominance.pdf>
- Adomeit, Hannes. (2012). "Putin's "Eurasian Union": Russia's integration project and policies on Post-Soviet space". Consultado em Outubro de 2017. Disponível em: http://www.academia.edu/2485281/Putins_Eurasian_Union_Russias_Integration_Project_and_Policies_on_PostSoviet_Space
- ALMEIDA, J. (2009). "A Rússia de Putin". Consultado em Março de 2016. Disponível em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=474>
- ALTMAN, Daniel . (2014). Ch. 5 The Berlin Blockade Crisis of 1948-1949. Consultado em Abril de 2016. Disponível em: http://www.danielwaltman.com/uploads/3/2/3/1/32312379/ch5_berlin.pdf
- ÁGH, Attila. (2010). Regionalisation as a Driving Force of EU Widening: Recovering from the EU 'Carrot Crisis' in the East. In Europe-Asia Studies. Vol. 62, N.º 8, 1239-1266.
- ANDREEV, Svetlozar A. (2008). «The future of European neighbourhood policy and the role of regional cooperation in the Black Sea area». In Southeast European and Black Sea Studies. Vol. 8, N.º 2, pag93-108.
- ARON, R. (1986). Paz e guerra entre as nações. 2ª ed. Brasília: UNB
- BBC. (2016). Eleição de Trump pode ter esquentado a guerra na Ucrânia?. Consultado em Agosto 2017. Disponível na internet: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38857034>
- Bender, Jeremy. (2014). Here Are The Arms Russia Has Given To Rebels In Ukraine To 'Create A Proper Army'. Consultado em Setembro de 2016. Disponível em: <http://www.businessinsider.com/arms-russia-has-given-to-rebels-in-ukraine-2014-7>
- BENGTSSON, Rikard. (2008). «Constructing Interfaces: the Neighbourhood Discourse in EU External Policy». In Journal of European Integration. Vol. 30, N.º 5, 597- 616.

BEHR, Hartmut. (2007). «The European Union in the Legacies of Imperial Rule? EU Accession Politics Viewed from a Historical Comparative Perspective». In *European Journal of International Relations*, Vol. 13, N.º 2, 239-262.

BOEDELTE, Freerk; HOUTUM, Henk. (2011). «Brussels is Speaking: the adverse speech geo-politics of the European Union towards its neighbours». In *Geopolitics*. N.º 16, 130-145.

BOONSTRA, Jos. (2014). *Moldova Signs, Moscow Sighs ...for Now*". Madrid FRIDE Commentary . No.12

Branco, C., Sousa, R. R. P., & Oliveira, G. (2017). *Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos*. Lisboa: OBSERVARE/Universidade Autónoma de Lisboa. ISBN: 978-989-8191-75-5

BROWNING, Christopher S, and PRETTI, Joenniemi. (2008). "Geostrategies of the European neighbourhood policy." *European Journal of International Relations* Vol.14

BULL, H. (1981). *Hobbes and the International Anarchy*. Social Research, New York, v. 48, n. 4, p. 717-738

Cabral, Inês. (2015) Estado de emergência decretado na Crimeia após apagão. Consultado em Março 2017 Disponível na internet: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/estado-de-emergencia-decretado-na-crimeia-apos-apagao-1715317>

CHAVES, Miguel. (2015). A criação da O.E.C.E e o Plano Marshall. Consultado em Abril de 2017 Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/cria%C3%A7%C3%A3o-da-oece-e-o-plano-marshall-vs-portugal-miguel-mattos-chaves>

CORREIA, Augusto de Melo – Dilemas da segurança e defesa europeia nos dias de hoje [em linha]. *Revista Militar*, 2016. Consultado em Agosto de 2017. Disponível na Internet: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1150>

Council of the European Union. (2011). *Ukraine-EU Summit Joint Statement*. Kyiv: Council of the European Union

Council of the European Union.(2009) *Joint Declaration of the Prague Eastern Partnership Summit Prague*. Brussels: Council of the European Union

Council of the European Union. (2008). *Barcelona Process: Union for the Mediterranean ministerial conference*. Marseille: Council of the European Union

Council of the European Union. (2014). *European Council Conclusions March 2014*. Brussels: European Council

Council of the European Union. (2011). *Declaration on the Establishment of a European Endowment for Democracy*. Brussels: Council of the European Union

Council of the European Union. (2014). *Foreign Affairs Council Meeting Press Release* . Brussels: Council of the European Union

Council of the European Union. (2013). *Joint Declaration of the Eastern Partnership Summit - Eastern Partnership, the way ahead,*. Vilnius: Council of the European Union

Council of the European Union. (2008). *Joint Declaration of the Paris Summit for the Mediterranean*. Paris: Council of the European Union

Council of the European Union. (2006). *Joint Press Statement EU-Ukraine Summit*. Brussels: Council of the European Union

Council of the European Union. (2011). *Press Release 3091st Council meeting Foreign Affairs* . Brussels: Council of the European Union

DAEHNHARDT, P. (2014). A Rússia e a Alemanha: Uma Relação Suis Generis em Mudança. Em: A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

DELCOUR, Laure. (2007). Does the European Neighbourhood Policy Make a Difference? Policy Patterns and Reception in Ukraine and Russia». In *European Political Economy Review*. N.º 7, 118-155.

DIEZ, Thomas; ALBERT, Matthias; STETTER, Stephan. (2008). Introduction». In DIEZ, Thomas, ALBERT, Matthias; STETTER, Stephan (eds.) – *The European Union and Border Conflicts: the power of integration and association*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-12

Deutsche Welle.(2012) Ukraine postpones Yalta conference amid Tymoshenko row. Consultado em Janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.dw.de/ukraine-postpones-yalta-conference-amid-tymoshenko-row/a-15936244>

Deutsche Welle. (2014). "Porto de Sebastopol é imprescindível para a Rússia", diz analista . Consultado em Novembro de 2017. Disponível na internet: <http://www.dw.com/pt/porto-de-sebastopol-%C3%A9-imprescind%C3%ADvel-para-a-r%C3%BAssia-diz-analista/a-17500256>

Deutsche Welle. Ministros do Exterior defendem acordo de Minsk.Consultdo em Setembro de 2016. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/ministros-do-exterior-defendem-acordo-de-minsk/a-18379809>

Deutsche Welle. Ukraine postpones Yalta conference amid Tymoshenko row, 08.05.2012, consultado em Dezembro de 2016. Disponível na internet: <http://www.dw.com/en/ukraine-postpones-ymalta-conference-amid-tymoshenko-row/a-15936244>

Deutsche Welle. (2015). Anexação altera economia e eleva presença militar na Crimeia. Consultado em Fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/anexa%C3%A7%C3%A3o-altera-economia-e-eleva-presen%C3%A7a-militar-na-crimea/a-18314642>

DIMITROVOVA, Bohdana. (2010). «Cultural Bordering and Rebordering in the EU's Neighbourhood: members, strangers or neighbours?». In Journal of Contemporary European Studies. Vol. 18, N.º 4, 463- -481

DRAGNEVA, Rilka e WOLCZUK, Kataryna . (2012). Russia, the Eurasian Customs Union and the EU: Cooperation, Stagnatin or Rivalry? .London, Chatham House Briefing Paper

EMERSON, M. (2005). EU-Russia: Four Common Spaces and the Proliferation of the Fuzzy. In: Centre for European Policy Studies, 05

European Commission. (2014). Remarks by President Barroso at the signing of the Association Agreement with Georgia, the Republic of Moldova and Ukraine, Signing Ceremony. Brussels: European Commission

European Commission. (2014). Remarks by President Barroso following the extraordinary meeting of the Heads of State and Government on Ukraine. Press Conference, Brussels: European Commission

European Communities. (2009). Security and defence policy. Obtido em 27 de Abril de 2013, de European Paliament: Consultado em Setembro de 2017:http://circa.europa.eu/irc/opoce/fact_sheets/info/data/relations/cfsp/article_7233_en.htm

FAYOS, F. G. d. I. (2015). Fichas Técnicas sobre a União Europeia. Consultado em Abril de 2017. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ft=FTU_6.6.3.html

FERNANDES, J. António (2017) Guerra da Crimeia e Guerra dos Balcãs. Consultado em Novembro de 2017. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/JorgeFernandes8/guerra-da-crimea-e-guerra-dos-balcs>

FERNANDES, J. António. (2014). Os outros alvos de Putin e o desígnio da União EuroAsiática. In: Europe-Asia Studies. Vistas. 2ª Ed

FERNANDES, S. D. (2014). Rússia e União Europeia: Dois Gigantes e um Continente. In: A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

FERNANDES, Sandro. (2015). Um ano depois, maioria da população da Crimeia aprova anexação, Consultado em Agosto de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/um-ano-depois-maioria-da-populacao-da-crimea-aprova-anexacao-15666600>

FISCHER, Sabine. (2012). A Changing Russia? Implications for EU-Russia Relation. in Sabine Fischer (ed.) Russia: Insights from a Changing Country, Paris, EU-ISS, Report No. 11.

FORSBERG, Tuomas; SEPPÖ, Antti. (2009). "Power without influence? The EU and Trade Disputes with Russia. Consultado em Outubro de 2017. Disponível em: <http://www.jhubc.it/ecpr-riga/virtualpaperroom/054.pdf>

FREIRE, M. R. (2011). Federação Russa. In: Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança. 1ª edição ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 149-169

FREIRE, Raquel. (2008). «Relações UE-Ucrânia: A Complexa Gestão de Objetivos, Motivações e expectativas». In Instituto Português de Relações Internacionais. Working Paper 37

FREUND, J. (2000). Sociologia de Max Weber. São Paulo: Forense-Universitária

FULE, Stefan. (2014). EU response to events in the Ukraine, European Parliament Plenary Debate, European Commission, Strasbourg

Gaspar, Carlos; Pinto, Ana. (2016). Reflexões sobre a Nova "Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança. Consultado em Janeiro de 2018. Disponível na internet em: https://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/e-briefing_papers/PolicyPaper8_CarlosGaspar_AnaSantosPinto.pdf

Gérard.M. (2014). Ucrânia: Crimeia por que ela tem um estatuto especial?. Consultado em Dezembro de 2016. Disponível em: <http://xisbeta.blog.lemonde.fr/2014/02/28/ucrania-crimea-por-que-ela-tem-um-estatuto-especial/>

GRAVIER, Magali. (2002). «The Next European Empire?». In *European Societies*. Vol. 11, N.º 5, 2009, 627-647. MANNERS, Ian – «Normative Power Europe: A Contradiction in Terms». In *Journal of Common Market Studies*. Vol. 40, N.º 2, 235-258.

HOBBSBAWN, Eric. (1997). *Era dos Extremos*. São Paulo: Ed. Scwarcs

Hopf, T. (1998). The Promise of Constructivism in International Relations Theory. *International Security*, 171-200

HUNTINGTON, S. (1996). *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva

Johansson-Nogues, Elisabeth. (2007). *The (Non-)Normative Power EU and the European Neighbourhood Policy: An exceptional policy for an exceptional actor?* *European Political Economy Review* No. 7

JUNIOR, Gelson Fonseca . (2004). *A legitimidade e outras questões internacionais*. editora: Paz e Terra, 2ª Edição

KAGAN, R. (2009). *O Regresso da História e o Fim dos Sonhos*. 1ª edição ed. Alfragide: Casa das Letras

Katzenstein, P. (1996). *Cultural norms and national security: norms and ideology in world politics*. Columbia: Columbia University Press.

KISSINGER, Henry. (1999). *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, p.458

Kyiv Post. Foreign Ministry sure Ukraine-EU Summit to be held, but not in 2012, 20.11.2012, consultado em Dezembro de 2016. Disponível na internet: <https://www.kyivpost.com/article/content/ukraine-politics/foreign-ministry-sure-ukraine-eu-summit-to-be-held-but-not-in-2012-316410.html>

Korosteleva, Elena. (2012). *The European Union and Its Eastern Neighbours: Towards a More Ambitious Partnership?*. Routledge

KRASTEV, I. (2015). Dancing with the Bear. How the West Should Handle Its Relations. In: R. Alcaro, ed. West-Russia Relations in Light of the Ukraine Crisis. Roma: Edizioni Nuova Cultura

KULIKE, M. (2014). - "As Invasões Russas na Geórgia (2008) e na Crimeia (2014)". Consultado em Fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/#!/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/n-4-as-invasoes-russas.pdf>

LACERDA, G. B. (2006). "Algumas teorias das relações internacionais:realismo, liberalismo e grocianismo. Revista Intersaberes | vol.1 n. 1, p. 56 - 77 | ISSN 1809-7286

Lasheras, Francisco de Borja Lasheras. (2014). European insecurity after Crimea", *European Council on Foreign Relations*. Consultado em Dezembro de 2017. Disponível na internet: [http://www.ecfr.eu/content/entry/commentary_european_insecurity_after_crimea246?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%253A+ECFR_c9+\(The+European+Council+on+Foreign+Relations%253A+Russia+and+the+Eastern+Neighborhood](http://www.ecfr.eu/content/entry/commentary_european_insecurity_after_crimea246?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%253A+ECFR_c9+(The+European+Council+on+Foreign+Relations%253A+Russia+and+the+Eastern+Neighborhood)

LAFER, C. (2001). Identidade internacional e política externa. São Paulo: Perspectiva

LEHNE, Stefan. (2014). Time to Reset the European Neighbourhood Policy. Brussels, Carnegie Europe, Consultado em Fevereiro de 2017. Disponível em: <http://carnegieeurope.eu/2014/02/04/time-to-reseteuropean-neighborhood-policy/h02l>

LUCAS, Edward Lucas; MITCHELL, A. Wess. (2014). "Central European Security After Crimea: The Case for Strengthening NATO's Eastern Defenses". Consultado em Dezembro de 2017. Disponível em: https://cepa.ecms.pl/files/?id_plik=2343

MACFARLANE, Neil e MENON, Anand. (2014). The EU & Ukraine. Survival

MARQUES DE ALMEIDA, João. (2015). A Rússia quer acabar com a União Europeia. Observador, Consultado em Março de 2017. Disponível na internet: <http://observador.pt/opiniao/a-russia-quer-acabar-com-a-uniao-europeia/>

MARQUES, Francisco. (2016). Ucrânia: Dois anos após anexação pela Rússia, Crimeia sofre com as sanções a Moscovo. Consultado em Fevereiro de 2017. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2016/03/18/ucrania-dois-anos-apos-anexacao-pela-russia-crimea-sofre-com-as-sances-a>

MELLÁR, B. (2016). Política Energética: princípios gerais. Consultado em Fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.%20html?ftuld=FTU_5.7.1.html

MIELNICZUK, Fabiano (2014). A CRISE UCRANIANA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Consultado em Fevereiro de 2017. Disponível na internet: <http://oaji.net/articles/2015/2137-1438818497.pdf>

MILHAZES, J. (10 de maio de 2016). Guião de Entrevista - a disputa pela Rússia e Ucrânia pela região da Crimeia. (U. Oliveira, Entrevistador)

MOREIRA, A. (1993). A Crise do Estado Soberano. Consultado em Abril de 2017. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1645/1/NeD66_AdrianoMoreira.pdf

NUGROHO, G. (2008). Construtivism and international relations theories. *Global & Strategies*, 85-98.

OBSERVADOR. (2014). Putin responde à Europa com União Económica da Eurásia. 2014. Consultado em Dezembro de 2016. Disponível na internet: <http://observador.pt/2014/05/30/putin-uniao-economica-eurasia/>

OCHOA, Z. K. (2013). Russia: The Democracy That Never Was. Consultado em Junho de 2017. Disponível em: <http://www.e-ir.info/2013/12/23/russia-the-democracy-that-never-was/>

PAUTASSO, Diego (2014). Da política de contenção à reemergência: A Rússia volta ao tabuleiro. *Revista Astral*. Consultado em Novembro de 2017. Disponível em : <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/51284/33167>.

PEREIRA, Carlos Santos (2014) UCRÂNIA: CRÓNICA DE UMA CRISE ANUNCIADA. Universidade Nova de Lisboa. Consultado em Junho de 2017. Disponível em : https://www.ium.pt/cisdi/revista/Artigos/Artigo_58.pdf

PIERACCINI, Federic. (2014) Os prós e os contros dos Acordos de MInks. Consultado em Fevereiro de 2017. Disponível em: http://resistir.info/ucrania/acordo_minsk.html

PISTONE, S. (1986). Relações internacionais. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: UNB

POPESCU, Nicu, and Elena Gnedina. (2012). *The European Neighbourhood Policy's First Decade in the Eastern Neighborhood*. Center for International and European Studies (CIES)

PORTO, M. C. L. (2009). Teoria da Integração e Políticas Comunitárias. 4ª edição ed. Coimbra: Edições Almedina

PRAZERES, Jorge. (2014). O conflito na Ucrânia sob o ponto de vista da segurança e defesa. Consultado em Agosto de 2017. Disponível em: http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/russia/JDRI%20094%20240314%20ucrania.pdf

RAMANI, S., 2015. Yevgeny Primakov- The Ideological Godfather of Putinism. Consultado em Junho de 2017. Disponível em: https://www.huffingtonpost.com/entry/yevgeny-primakov-the-ideo_b_7799410.html

RIBEIRO, Milton. (2015). A construção e os 25 anos da queda do Muro de Berlim. Sul21, Consultado em Janeiro de 2017. Disponível em: <http://miltonribeiro.sul21.com.br/tag/nikita-khrushchev/>

RIBEIRO, João. (2015). EUA vão enviar artilharia para as fronteiras da Rússia Consultado em Setembro de 2016. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/pentagono-vai-enviar-artilharia-para-as-fronteiras-da-russia-1699896>

RIBEIRO, João. (2014). Crimeia declara independência e prepara referendo de “sim” ou “sim”. Consultado em Outubro de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/03/11/mundo/noticia/crimea-declara-independencia-e-ucrania-comeca-a-juntar-tropas-1627857>

ROSSI, Rosa. (2004). «The European Neighbourhood Policy in Perspective». In ATTINÀ, Fulvio; ROSSI, Rosa (eds.) – European Neighbourhood Policy: Political, Economic and Social Issues. Catania: Departamento de Estudos Políticos, 8-14.

SACCHETTI, A. E. (1982). A relação de forças entre o pacto de Varsóvia e a Nato. Nação e Defesa, P.74. Editora: Instituto da Defesa Nacional. Relatório da Série N.º: Ano VI;Nº 22. Consultado em Março de 2017. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2835/1/NeD22_AntonioEmilioFerrazSacchetti.pdf

SANTIAGO, David. (2015). Um ano depois da anexação, a larga maioria dos habitantes da Crimeia apoia a inclusão na Rússia, 2015. Consultado em Fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/detalhe/um_ano_depois_da_anexacao_a_larga_maioria_dos_habitantes_da_crimea_apoiam_a_inclusao_na_russia

SARAIVA, José F. (2001). Relações internacionais: dois séculos de história. Vol. 1. Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética; Brasília: Funag/Ibri

SicNoticias. (2017) UE aprova extensão de sanções económicas à Rússia por mais seis meses. Consultado em Janeiro de 2018. Disponível em: <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2017-12-14-UE-aprova-extensao-de-sancoes-economicas-a-Russia-por-mais-seis-meses>

SHEVTSOVA, Lilia (2005) Putin's Russia. Washington, D. C.: Carnegie Endowment for International Peace.

SOUSA, Sara. (2000). O Alargamento da União Europeia aos Países da Europa Central e Oriental (PECO): Um Desafio para a Política Regional Comunitária. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Consultado em Dezembro de 2016. Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/ceue/working_papers/isararute.pdf

SPECK, Ulrich. (2014). "Has the EU Failed Ukraine?", *Carnegie Europe*, Consultado em Dezembro de 2017. Disponível em: <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/?fa=54600>

TAYLOR, Frederick. (2007). O Muro de Berlim. 13 Agosto de 1961 – 9 de Novembro de 1989. Lisboa: Tinta-da-China. Outubro

TECHAU, Jan. (2014). "Why European Security Works Better Without Russia", *Carnegie Europe*, 2014. Consultado em Dezembro de 2017. Disponível em: <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/?fa=55461>

TRENIN, D. (2005). Reading Russia Right, Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace.

TOMÉ, L. (2007). União Europeia e Rússia: a pseudoparceria. Janus.

VIGEVANI, T., VEIGA, J. P. C. & MARIANO, K. L. P. (1994). Realismo versus globalismo nas relações internacionais. Lua Nova, São Paulo, n. 34, p. 5-26

VLADIMIR PUTIN Biography . Consultado em Dezembro de 2016. Disponível na internet em: <http://www.biography.com/people/vladimir-putin-9448807#early-political-career>

Waltz, K. (2002). Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva.

WEBER, M. (1977). Ciência e política - duas vocações. 7ª ed. São Paulo: Cultrix

WEIDENFELD, Werner, WESSELS, Wolfgang. (1997). A Europa de A a Z - Guia da integração europeia. Comissão Europeia. Consultado em Janeiro de 2018. Disponível em: https://www.ucc.ie/archive/hdsp/Ato%20Z/pdf/Az_pt.pdf

WENDT, A. (1992). Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, 391-425

WENDT, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge : Cambridge University Press

WORLD PEACE INDEX. Vision of Humanity. Consultado em janeiro de 2018. Disponível na internet em: <http://visionofhumanity.org/indexes/global-peace-index>

ZAGORSKI, Adrey. (2012) Russia's neighbourhood policy. *European Union Institute for Security Studies*. Consultado em Janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/publications/detail/article/russias-neighbourhood-policy/>